



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

MARIA LUCIMAR DA SILVA

**AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO NA COMUNIDADE
SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS DO PARANÁ DA EVA-ITACOATIARA/AM**

MANAUS

2010



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

MARIA LUCIMAR DA SILVA

**AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO NA COMUNIDADE
SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS DO PARANÁ DA EVA-ITACOATIARA/AM**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz

MANAUS

2010

MARIA LUCIMAR DA SILVA

**AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO NA COMUNIDADE
SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS DO PARANÁ DA EVA-ITACOATIARA/AM**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Amélia Regina Batista Nogueira
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dra. Edilza Laray de Jesus
Universidade do Estado do Amazonas

Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz
Universidade Federal do Amazonas

À minha família, meu marido Washington e meus filhos Thiago e Julie, meu refúgio de todas as horas, meu incentivo diário mesmo quando a minha presença era ausência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo socorro nos momentos de dúvida e aflição, à minha família que me abraçou nessa empresa e que foi solidária, presente, e compreensiva, nos momentos de angústia.

Ao meu orientador Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz, pela paciência e capacidade de direção, pelas palavras de incentivo que me fizeram acreditar que era possível.

Aos meus amigos do Santa Dorotéia que sempre me encheram de esperança e de confiança para alcançar minhas metas.

Agradeço, enfim, a todos que de alguma forma estiveram comigo nessa caminhada de realização pessoal e profissional.

“O cooperativismo não é um remendo do capitalismo, mas uma alternativa a ele”.

(Paul Singer)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo pesquisar o processo produtivo da pequena agricultura familiar da comunidade Sagrado Coração de Jesus, localizada no Paraná da Eva, em Itacoatiara/AM. O histórico de formação da comunidade, que evoluiu de um processo associativo para o cooperativismo e que hoje conta com a estrutura de uma agroindústria, é o foco maior da pesquisa. Interessa-nos analisar todo o processo desde sua produção, beneficiamento e distribuição bem como a forma de gestão da cooperativa e da agroindústria. O pequeno produtor familiar na Amazônia tem que superar as dificuldades naturais do espaço tais como enchentes e vazantes, mas também, em função de características naturais tão peculiares, quase sempre tem que submeter sua produção aos atravessadores, o que reduz em muito sua margem de renda. Responder como a comunidade do Sagrado Coração de Jesus através da cooperativa, que é gestora da agroindústria, conseguiu superar esses entraves e expandir sua produção gerando emprego e renda para seus cooperados e tornar-se exemplo de sucesso para outras comunidades faz parte dos questionamentos desse trabalho. A coleta de dados foi obtida através de entrevistas e observação participante junto aos comunitários e cooperados da localidade.

Palavras-chave: Produção Familiar, Comunidade, Cooperativismo, Ascope.

ABSTRACT

Este trabajo tiene como objetivo investigar el proceso productivo de la pequeña agricultura familiar de la comunidad Sagrado Coração de Jesus, localizada en el Paraná da Eva, em Itacoatiara/AM. El histórico de formación de la comunidad, que evaluó de um proceso asociativo para el cooperativismo y que hoy cuenta con la estructura de uma agroindústria, es el foco mayor de la investigación. Interésanos analizar todo el proceso desde su producción, beneficiaciones y distribución bien como la forma de gestión de la cooperativa y de la agroindústria. El pequeño productor familiar em la Amazonia tiene que superar las dificultades naturales del espacio tales como inundaciones y vaciantes, pero también, em función de características naturales tan peculiares, casi siempre tienen que someter su producción a los atravessadores, lo que reduce em mucho su margen de renta. Responder como la comunidad Sagrado Coração de Jesus através de la cooperativa, que es gestora de la agroindústria, consiguió superar esos entrabes y expandir su producción generando empleo y renta para sus cooperados y tornarse ejemplo de sucesso para outras comunidades hace parte de los cuestionamientos de ese trabajo. La coleta de dados fue obtenida através de entrevistas y observación participante junto a los comunitários y cooperados de la localidade.

Palabras-llave: Producción Familiar, Comunidad, Cooperativismo, ASCOPE.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – LAGO DO ENGENHO: MARGEM ESQUERDA.....	20
FIGURA 2 – RIO PRETO DA EVA	20
FIGURA 3 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO – COMUNIDADE SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	22
FIGURA 4 – VILA DO ENGENHO.....	32
FIGURA 5 – LAGO DO ENGENHO: MARGEM ESQUERDA	33
FIGURA 6 – MORADIA NO LAGO DO ENGENHO	38
FIGURA 7 – RIO PRETO DA EVA.....	39
FIGURA 8 – CASA TRANSPORTADA DO LAGO DO ENGENHO PARA A VILA. ...	40
FIGURA 9 – O TRANSPORTE DA CASA DO LAGO PARA A VILA.....	41
FIGURA 10 – ESCOLA MUNICIPAL PROF. LUIZA MENDES.....	43
FIGURA 11 – IGREJA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	44
FIGURA 12 – COLETA DE LIXO	45
FIGURA 13 – MUDAS DE MELANCIA.....	47
FIGURA 14 – INTERIOR DA SEÇÃO DE CONSUMO	47
ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO. FIGURA 15 – CULTIVO DO ABACAXI.....	48
FIGURA 16 – CULTIVO DE CUPUAÇU.....	49
FIGURA 17 – EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL-EPI	58
FIGURA 18 - PONTOS DE COMERCIALIZAÇÃO: A) FEIRA DA MANAUS MODERNA; B) FEIRA DO CIGS; C) FEIRA DO VITELLO.....	63
FIGURA 19 – GRUMASCOPE.....	68

FIGURA 20 - TRABALHO ARTESÃO DO GRUMASCOPE	69
FIGURA 21 – CARREGAMENTO DE ABACAXI NO CAMINHÃO-BAU.....	80
FIGURA 22- EMBALAGEM	82
FIGURA 23 - AGROINDÚSTRIA.....	82
FIGURA 24- AGROINDÚSTRIA ASCOPE.....	83
FIGURA 15- CULTIVO DO ABACAXI.....	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- PREÇO DO ABACAXI DISTRIBUÍDO NA FEIRA DA MANAUS MODERNA-2010.....	54
Tabela 2 - Lista de artigos comercializados na sessão de consumo e preço de venda (2010).....	96

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1- INSUMOS UTILIZADOS NOS ROÇADOS DA ASCOPE.....
- Quadro 2 - ESPAÇO DE COMERCIALIZAÇÃO INFORMAL DO ABACAXI.....

LISTA DE GRÁFICOS

- GRÁFICO 1 -
- GRÁFICO 2 -

LISTA DE SIGLAS

- | | |
|--------|--|
| ADS | Agência de Desenvolvimento Sustentável. |
| ASCOPE | Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Produtores do Paraná da Eva. |
| BASA | Banco da Amazônia S.A. |

CEASA	Centro de Abastecimento S.A.
CEBS	Comunidades Eclesiais de Base.
CIGS	Centro de Instrução de Guerra na Selva.
COOAPIR	Cooperativa Mista Agropecuária de Iranduba.
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento.
EPI	Equipamento de Proteção Individual.
FNO	Fundo Constitucional do Norte.
FSDB	Faculdade Salesiana Dom Bosco
FUCAPI	Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica.
GRUMASCOPE	Grupo de Mulheres em Ação do Sagrado Coração do Paraná da Eva.
IDAM	Instituto de Desenvolvimento do Amazonas.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil.
OEPs	Organizações Econômicas Populares.
PIB	Produto Interno Bruto.
PRONAF	Programa Nacional da Agricultura Familiar.
PROSAMIM	Programa de Recuperação e Saneamento dos Igarapés de Manaus.
RCC	Renovação Carismática Católica.
SDS	Secretaria de Desenvolvimento Sustentável.
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.
SEDUC	Secretaria de Educação e Cultura.
SEMED	Secretaria Municipal de Educação.
SEPROR	Secretaria Estadual de Produção Rural.
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo.

SUMARIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I.....	20
DA VÁRZEA PARA A TERRA FIRME – A TRAJETÓRIA DA COMUNIDADE SAGRADO CORÇÃO DE JESUS	20
1.1 O Pensamento Coletivo.....	21
1.2 Do lago para a vila: o transporte da casa para o núcleo central da Comunidade.....	39
CAPÍTULO 2.....	47
ASCOPE – SOMANDO ENERGIAS, MULTIPLICANDO RESULTADOS	47
2.1 A inteligência coletiva.....	48
2.2 PONTOS DE DISTRIBUIÇÃO.....	62
2.2.1 Feira da Manaus Moderna.....	62
2.2.2. Feira de produtos regionais do Centro de Instrução de Guerra na Selva – CIGS.....	65
2.2.3 Programa de regionalização da merenda escolar.....	66
2.2.4 Frigorífico Vitello.....	67
2.3 AS MULHERES DO SAGRADO.....	70
2.4 O ESPAÇO DA PRODUÇÃO – DE QUEM É A TERRA?.....	73
2.4.1 A cooperativa e os lotes individuais.....	75
2.4.2 Relações de trabalho e produção – O individual no coletivo.....	82
CAPÍTULO 3.....	
A AGROINDÚSTRIA E A PRODUÇÃO SECUNDÁRIA – UM CAMINHO PARA A AUTOGESTÃO	82
3.1 Estrutura organizacional e produtiva.....	83
3.2 A agroindústria, os parceiros e os impactos agroecológicos.....	90
3.3 A Seção de Consumo – Um exemplo de comércio justo?	92
3.3.1 O produtor na gerência da seção.....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	105
ANEXOS	112

INTRODUÇÃO

Na atualidade, há a necessidade de se pensar a construção de um paradigma novo para a ciência, que possa repensar conceitos e metodologias, partindo do local para o global, produzir conhecimento de forma compartilhada para que haja transformação em rede, os saberes sejam compartilhados e os diferentes agentes sociais estejam integrados. Ir a fundo à pesquisa quantitativa no sentido de denúncia e reforçar a participação comunitária na resolução de seus problemas, a partir da ideia de rede, produzindo conhecimento a partir do real, daí a importância dos movimentos sociais e das pequenas comunidades produtoras no Amazonas.

Essa pesquisa tem por objetivo discutir o campo numa visão de globalidade, avaliando questões econômicas, culturais e sociais e as formas como as comunidades rurais e, em particular, a do Sagrado Coração de Jesus vão enfrentar a dominação do capital assim como os limites de sua inserção na economia de mercado.

A inspiração para o desenvolvimento deste trabalho tem início em 2004 durante o curso de especialização na Faculdade Salesiana Dom Bosco - FSDB através do Prof. Cláudio Portilho de Jesus. Como ele alguns mestres não nascem apenas com o dom de ensinar, mas também são fomentadores de paixão, de sua boca saem ideias e seu comportamento, ético e conhecedor da condição humana, atrai seguidores. A condição do caboclo-ribeirinho e sua luta diária pela sobrevivência, em um ambiente natural tão complexo, foi o foco de interesse do pesquisador Jesus (2000) e gerou um livro: *Utopia Cabocla Amazonense: Agricultura Familiar em Busca da Economia Solidária*.

Tocada pelo entusiasmo do professor Cláudio, contextualizou-se a pesquisa na produção familiar desenvolvida na Comunidade Sagrado Coração de Jesus, localizada no Paraná da Eva, em Itacoatiara-Am. A pesquisa tem por objetivo analisar a produção familiar na Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Trabalhadores Rurais do Paraná da Eva – ASCOPE, na luta por uma gestão

autossustentável, baseada em princípios não capitalistas, que permita maior agregação de valor e renda na comercialização do cupuaçu e do abacaxi – os principais produtos comercializados pela cooperativa.

Esta iniciativa tem o propósito de fomentar uma discussão a respeito de uma experiência de autogestão, na Comunidade Sagrado Coração de Jesus, no Paraná da Eva, em Itacoatiara/AM.

Os estudos evidenciaram a presença de um segmento social específico caracterizado por serem produtores com forte relação de parentesco e politizados. A Igreja Católica na década de 1970, com as CEBS, atuou de maneira significativa na formação de grupos com vistas ao desenvolvimento de uma consciência cidadã questionadora e transformadora da realidade. A atuação da Igreja revelou lideranças para a efetivação do ideal cooperativista.

Esse grupo em consolidação, inicialmente denominado Lavradores em Ação, caminhou em direção ao cooperativismo, reconhecendo neste sistema, um fortalecedor de sua economia. A produção atrelada a cooperativas no Amazonas reduz o processo de desigualdade ligado à figura do atravessador e das grandes corporações que inibem o crescimento do pequeno produtor. É a luta por uma balança social mais justa equilibrada.

Para referendar o objeto de pesquisa nos baseamos em Santos (1984) Oliveira (1990, 2002), Jesus (2000), Paulino (2006), Cruz (2007), Sabourin (2009), Jesus (2009). Sua conexão com o desenvolvimento rural nos favorece a compreensão do cooperativismo dentro da dinâmica da produção familiar.

Tendo em vista a análise da produção familiar e cooperativismo na Comunidade Sagrado Coração de Jesus do Paraná da Eva, município de Itacoatiara/AM o objetivo dessa pesquisa voltou-se para: 1) Conhecer e contextualizar as diferentes etapas do processo de formação da Comunidade Sagrado Coração de Jesus; 2) Discutir o processo organizacional da Comunidade Sagrado Coração de Jesus dos Lavradores em Ação ao cooperativismo como uma

forma de dinamizar a economia, garantindo terra e trabalho aos comunitários cooperados e suas famílias; 3) Analisar o papel da agroindústria na luta por uma autogestão que possibilite agregação de valor aos produtos e renda ao comunitário cooperado.

Na busca em dar conta deste contexto de organização e produção da Comunidade do Sagrado optou-se por um trabalho de campo que proporcionasse uma proximidade com os comunitários, delimitando-se este tempo de convívio em, aproximadamente, três semanas de tempo intercalado. Atitudes como esta, tendem a “aumentar a ‘familiaridade’ do pesquisador com seus sujeitos, além de mostrar as alterações e conflitos na comunidade estudada, provocados por vários processos sociais” (VIERTLER *apud* PIEVE, 2009, p. 40).

A presença do pesquisador na comunidade exige o consentimento prévio para sua pesquisa e permanência na área. A ASCOPE através de seus gestores foi consultada sobre sua participação na pesquisa, o qual foi oficializado pela assinatura do termo de consentimento, constante dos anexos. A anuência prévia e a documentação relacionada ao projeto foram encaminhadas ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas e deferido em 14 de outubro de 2009.

Por apresentar sujeitos diferentes – comunitários e cooperados – foram adotados diferentes critérios de inclusão para cada grupo de indivíduos. Para os comunitários: 1) ter nascido ou ser descendente de seus fundadores; para os cooperados: 1) os membros mais antigos. De acordo com este procedimento foram entrevistados vinte e quatro indivíduos selecionados utilizando-se a técnica da cadeia de informantes.

Além das entrevistas abertas, gravadas com prévia autorização do sujeito, se utilizou ainda o método da observação participante na coleta de dados. Estar presente em atividades do cotidiano da comunidade, como um campeonato de futebol que atrai famílias inteiras para o Centro Social ou ainda o almoço na casa do seu Nonato, atual secretário da cooperativa, ou o passeio da tarde com dona

Graça, a prosa de fim de tarde com o seu Ari ou a conversa animada com as mulheres do GRUMASCOPE, ajuda o pesquisador na compreensão da dinâmica social e econômica da Vila.

Em função do método dialético de abordagem foi enfatizada a forma qualitativa no tratamento dos dados numa “tentativa de desvendar conflitos de interesse” (SPOSITO, 2004, p. 52). Há, no entanto, em alguns casos, uma abordagem quantitativa, com o emprego de procedimentos estatísticos.

Buscando atender aos objetivos da pesquisa o trabalho foi estruturado da seguinte maneira. NO primeiro capítulo **DA VÁRZEA PARA A TERRA FIRME – A TRAJETÓRIA DA COMUNIDADE SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS** foi feito um relato do processo histórico de formação da comunidade a partir das famílias do seu Galego, Barbosa e Pessoa.

O segundo capítulo **ASCOPE – SOMANDO ENERGIAS, MULTIPLICANDO RESULTADOS**, é uma análise da formação e dos desdobramentos da cooperativa no processo de produção e desenvolvimento de seus cooperados em particular e da comunidade como um todo.

E no capítulo três **A AGROINDÚSTRIA E A PRODUÇÃO SECUNDÁRIA – UM CAMINHO PARA A AUTOGESTÃO** foi trabalhada a questão da agroindústria como um elemento que irá possibilitar maior autonomia na gerência da produção e circulação de seus produtos via eliminação da figura do intermediário.

Por fim, as **Considerações Finais** do trabalho, onde estão apresentadas as principais linhas da pesquisa que buscou dar visibilidade à pequena produção familiar discutindo sua evolução e formas de sobrevivência à penetração capitalista no campo.

Por convenção foi empregado, ao longo do texto, o termo Sagrado para fazer referências à comunidade bem como o de produtor rural para identificar o cooperado.

CAPÍTULO I

1. DA VÁRZEA PARA A TERRA FIRME – A TRAJETÓRIA DA COMUNIDADE SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS.



Figura 1- Lago do Engenho “margem esquerda”.

Fonte: Waldelice Souza, 2010.



Figura 2- Rio Preto da Eva.

Fonte: Maria Lucimar da Silva, 2010.

1.1 O Pensamento Coletivo

O Paraná da Eva é uma localidade que concentra várias comunidades¹. Os pequenos produtores da ASCOPE estão inseridos em uma delas, a Sagrado Coração de Jesus, localizada na Vila² do Engenho (ver fig. 03), um distrito³ de Itacoatiara-AM, à margem esquerda do rio Amazonas e com via de acesso pela AM-10, Km 169. O município de Itacoatiara está inserido na sub-região do Médio Amazonas, que se inicia a jusante de Manaus, a partir do encontro das águas do rio Negro com o Solimões até a foz do rio Tapajós.

Caracterizada como uma área de baixo planalto apresenta clima equatorial com duas estações bem definidas: verões quentes e úmidos com chuvas concentradas em setembro e outubro; um solo vermelho/amarelo com areia distrofia coberto por densa floresta equatorial e que, apesar de ser ácido e com baixa reserva de nutrientes para as plantas, apresenta elevado potencial agrícola quando corrigido com calcário e fertilizante.

O município de Itacoatiara está inserido na Região Metropolitana de Manaus, faz parte da mesorregião do Centro Amazonense e da microrregião de Itacoatiara. Denominada, no passado, de Aldeia dos Abacaxis, situa-se à margem esquerda do rio Amazonas, apresenta uma população composta por brancos, mestiços, índios e uma minoria negra. Os imigrantes, boa parte nordestinos como é o caso da família fundadora da Comunidade Sagrado, contribuíram, decisivamente, para o desenvolvimento econômico da região, atuando principalmente no setor agrícola.

¹ Agrupamento de pessoas que vivem dentro de uma área geográfica determinada (rural ou urbana), unidas por interesses comuns e que participam das condições gerais de vida (Dicionário de Sociologia, 1981).

² A vila não é somente um fato específico nem tampouco a representação da sociedade traçada no espaço, mas o lugar onde vive um grupo de pessoas cujas vidas se manifestam com a máxima intensidade e dinamicidade, mesmo que este espaço seja uma vila localizada no meio da floresta, no interior da Amazônia [...] (José Aldemir de Oliveira. Cidades na Selva, p.100).

³ De acordo com o IBGE, são unidades administrativas dos municípios. A localidade onde está sediada a autoridade distrital, excluídos os distritos das sedes municipais, tem a categoria de vila.

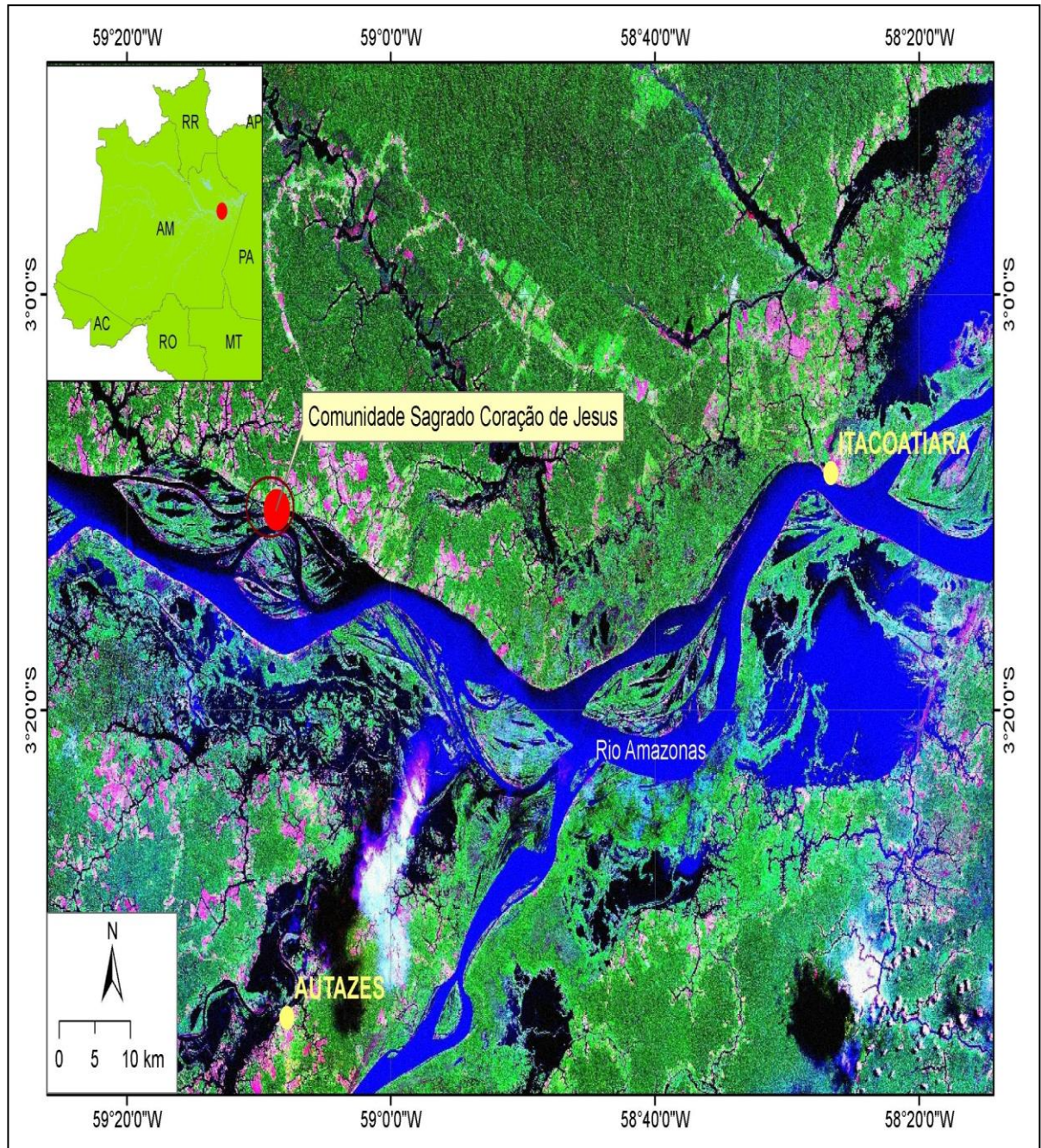


Figura 3: Mapa de localização da área de estudo – Comunidade Sagrado Coração de Jesus.
Fonte: Base Cartográfica – CPRM, 2005.
Org.: Eduardo Pinheiro, 2010.

Discutir questões amazônicas é tarefa das mais complexas. Em função da pluralidade de seus aspectos, qualquer um que se aventure nessa senda deve levar em conta que não existe uma Amazônia, mas várias. Cabe então pensar em uma elaboração de conceito que leve em conta sua paisagem natural e cultural.

Um trabalho de fundamental importância nessa área é o de Eidorfe Moreira (1960). Sua obra *Amazônia, o conceito e a paisagem* é a princípio uma descrição real – bem ao estilo positivista – e sem romantismos da região, muito embora ao longo da obra o autor tenha se valido do pensamento de clássicos como Martius, Humboldt, Wallace, Agassiz, Bates e outros.

A obra em questão trata da criação de um conceito amazônico para uma região que se caracteriza por tão alto grau de complexidade. Lançada na década de 60 foi contextualizada no ideário de integração nacional e regional, quando os governos criaram planos de desenvolvimento que descentralizassem a economia e a partir de então a perspectiva econômica passa a “definir e fundamentar o conceito atual da região”. Está sistematizada em duas partes: o conceito e a paisagem.

O pensamento de Moreira (1960) está fundamentado no materialismo dialético cujo enfoque da realidade coloca em relevo a interconexão do relativo e do absoluto. Pensar a Amazônia conceitualmente requer, antes de tudo, fazer um recorte geográfico e temporal e cultural do espaço. Sua obra, no entanto, não dá o mesmo peso metodológico entre o natural e o humano: não comenta o conceito de Amazônia no urbano, não conceitua índio, caboclo. Não dá respostas, mas possibilita questionamentos.

De qual Amazônia estamos falando? A geográfica, a dos cientistas clássicos ou modernos, a do ribeirinho, do caboclo, ou a do nordestino? Para Lacoste, a combinação é um instrumento de reflexão geográfica porque os fatos não são isolados. É preciso pensar a aplicabilidade do conceito e fazer as conexões, não perdendo a dialética e a contradição dos processos.

Para dar sustentação, teórico-prática, à pesquisa sobre a Comunidade Sagrado Coração de Jesus, trabalhamos com as categorias: comunidade, cooperativa e campesinato, fundamentais na discussão da pequena produção familiar em busca da autogestão.

Segundo Silva (2009), o termo comunidade abrange características que são comuns nesses agrupamentos: poucos moradores que, no geral, são aparentados; um relativo isolamento entre as comunidades [...] e a presença da Igreja Católica na fundação e na organização dessas comunidades. De acordo com Wagley (1988), existem instituições e poderes sociais [...] que determinam a tendência de vida de cada pequena comunidade.

Diferentes comunidades vão apresentar ritmos distintos de progresso uma vez que a modernidade depende dos fatores culturais e mentais da gente que a habita. As comunidades apresentam características que as particularizam, mas que por si só são insuficientes para entender a complexidade de uma região inteira.

A comunidade é o núcleo no qual se desenvolve a vida. Trabalho, educação e manifestações culturais locais “das possíveis interpretações de padrões e instituições regionais” (WAGLEY, 1988, p. 44). Para Marx caracteriza-se não pela busca de riqueza por parte do indivíduo, mas por sua autossustentação e sua reprodução vai resultar da cooperação em trabalhos comunitários. É importante salientar aqui que quanto a origem:

A comunidade pode ser espontânea, originada a partir da família ou derivar de um processo histórico mais dinâmico. A primeira, agrícola, se expande pelos casamentos consanguíneos e esta última, baseada na cidade, reproduz sua existência mantendo a igualdade entre seus camponeses livres, autossuficientes, e de seu trabalho individual como condição da persistência de sua propriedade. (Marx, 1977, p. 71)

Nessa perspectiva, Marx defende o proletariado, mas não vê o camponês como tal, mas inserido em uma terceira classe. Faz uma abordagem da agricultura capitalista e entende a separação entre trabalho livre e meios de produção como uma das condições históricas do capital e tal ruptura eliminaria a pequena propriedade e a propriedade comunal. A comunidade evolui, pois, fundamentada na reprodução das relações entre esta e o indivíduo.

Do outro lado da questão Kautsky, no final do século XIX, preocupa-se com o papel das formas pré-capitalistas da agricultura no seio da sociedade capitalista. Não discute o futuro do pequeno agricultor, mas investiga todas as transformações que a agricultura experimenta ao longo do regime capitalista, pois dialeticamente falando não existem verdades eternas.

Nesse processo dinâmico da pequena agricultura as vantagens do cooperativismo para o pequeno agricultor são múltiplas, no entanto observa-se uma dificuldade para o camponês associar-se, pois sua condição de vida e de trabalho o isola não lhe permitindo a autogestão cooperativa. Acerca das cooperativas Kautsky escreveu:

É inegável que essas cooperativas exercem uma influência benéfica sobre o agricultor. Elas economizam os gastos com a intermediação e é óbvio que, no caso, o lavrador, lucra aquilo que o intermediário deixa de ganhar (KAUTSKY, 1986, p. 111).

Assim como Kautsky, Lênin acredita na dissolução do campesinato no capitalismo, seja na forma de assalariados proletarizados, seja na forma de pequenos produtores capitalistas. Historicamente o capitalismo separa o produtor dos meios de produção, desloca população do campo para a cidade provocando o desaparecimento dos pequenos produtores e a emergência de uma agricultura mercantil e capitalista.

A esse respeito Lênin (1982) escreveu: “a transformação do pequeno produtor em operário assalariado pressupõe a perda dos seus meios de produção [...]”, ou seja, pressupõe o seu empobrecimento, a sua ruína, forçando-o a vender sua força de trabalho a fim de aumentar os meios de subsistência.

Outra categoria trabalhada é a do cooperativismo, “um sistema de cooperação econômica que pode envolver várias formas de produção e de trabalho e aparece historicamente junto com o capitalismo, mas se propõe como uma das maneiras de sua superação” (Veiga, 2001).

Ainda sobre o sistema cooperativista Chayanov (1888-1930), economista agrícola e estudioso do cooperativismo, vê a identidade social no campesinato, trabalha a partir de um conceito de camponês. Seus estudos caminhavam em “permanente tentativa de contribuir para que os camponeses pudessem melhor gerir os recursos por eles disponíveis” (CHAYANOV *apud* ABRAMOVAY, 1992, P. 53). Para o modelo econômico liberal, no entanto, a cooperativa não é importante porque fortalece o pequeno produtor.

A cooperativa vai surgir, então, como instrumento de comercialização e como solução para o problema do desemprego, tendo como princípio básico a solidariedade e fundamentado numa filosofia humanista e, portanto, organizado de acordo com as especificidades de cada povo.

Das categorias trabalhadas, particularmente, o campesinato, no Brasil e principalmente na Amazônia, suscita uma divisão entre os teóricos. Para Sabourin (2009), o termo corresponde a uma categoria política, mas também social e sociológica. Para outros, não existem camponeses sem a campina e os campos além do que a mobilidade dos pequenos os desvincula da terra.

Quanto à questão do campesinato parece haver uma confusão conceitual. Os que tentam fugir do termo esbarram em complicações, pois é o único que consegue avaliar a questão de uma forma mais completa.

Na verdade, o termo camponês, no Brasil, foi banido do vocabulário oficial após a repressão militar de 1964, que deu fim à experiência das primeiras organizações de pequenos produtores e trabalhadores rurais autônomos: as Ligas Camponesas. “As palavras ‘camponês’ e ‘campesinato’ irromperam nos anos 50 e antes disso [...] tinha aqui denominações próprias, específicas até em cada região: caipira, caiçara, tabaréu, caboclo” (MARTINS, 1983, p. 21; 22).

E na Amazônia? Afinal, pode-se falar em campesinato em uma região que não tem campos naturais? A dificuldade, a princípio, parece residir na resistência de alguns em aceitar a evolução conceitual do termo. As categorias utilizadas, inseridas em processos concretos, tornam-se dinâmicas e passam a representar novas possibilidades.

Witkosky (2007) faz um resgate histórico da origem do camponês amazônico, analisando-o em diferentes contextos, no tempo e no espaço. Em sua análise elabora um perfil desse camponês:

O caboclo, o sujeito oriundo da floresta, é o tapuio compreendido como o ameríndio domesticado (manso), é a pessoa desconfiada, é o ser que possui resistência e perseverança, [...] que possui notável instinto de aproveitamento dos recursos naturais e de defesa. [...] Ser caboclo é um conjunto de significados, [...] um devir que sempre incorpora novas significações (WITKOSKY, 2007, p. 93; 94).

Discutir campesinato na Amazônia é um desafio que nos impele a um aprofundamento dos conhecimentos empíricos e a uma reflexão crítica das políticas agrícolas e agrárias do país e particularmente àquelas voltadas à Amazônia. Embalados pela filosofia da integração nacional, os governos federais no pós-II Guerra Mundial, através do Programa de Desenvolvimento Regional, estabeleceram as condições de apropriação do território amazônico pelo capital. A estratégia de ocupação fundamentou-se na política de incentivos fiscais e na criação de uma infraestrutura, principalmente de estradas e energia.

A partir da década de 70, com a implantação dos grandes projetos agropecuários, de mineração e indústria, intensificaram-se os fluxos migratórios oficiais e espontâneos tendo este último agravado consideravelmente as tensões sociais na luta por um pedaço de terra. Nesse contexto se insere a Comunidade Sagrado Coração de Jesus, fundada por imigrantes nordestinos que, fugindo das agruras de sua terra para cá se deslocaram perseguindo o sonho da riqueza e da terra em abundância.

A comunidade Sagrado, organizada em torno da Associação de Desenvolvimento Comunitário dos produtores do Paraná da Eva – ASCOPE – conseguiu através de um processo cooperativista apropriar-se de parcela do território. A esse respeito Becker (2005) diz que “todos os agentes sociais organizados [...] têm suas próprias territorialidades e tendem a se articular”.

Para o capitalismo, em algumas situações, é vantajoso que eles desapareçam, pois o capital não tem interesse em investir em trabalhadores. Por outro lado a agroindústria atua como intermediária nesse processo explorando o pequeno produtor agrícola e com isso se exime dos riscos⁴ que a atividade agrícola representa.

Na busca da emancipação social é preciso reconhecer a senilidade de velhos paradigmas e entender a grande importância da produção agrícola, não como uma atividade de subsistência; pois, de acordo com o pensamento de Adams (2006), é preciso romper com essa ideia, já que o pequeno produtor quando organiza sua produção está ciente de que vai vendê-la. A subsistência existe e para garanti-la é necessário voltar-se ao mercado, rompendo com a economia de autoconsumo.

A importância deste estudo se justifica pela ousadia inicial de 34 famílias de trabalhadores rurais que, em 1997, estrategicamente se organizaram e fundaram a ASCOPE – Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Produtores do Paraná da Eva – Itacoatiara-AM, com o propósito de produzir, trabalhar coletivamente e comercializar seus produtos agregando valor e renda.

⁴ A prática da agricultura é uma atividade de risco para o capital, pois está sujeita às intempéries da natureza e da sociedade. Em geral os fenômenos podem ser previstos, mas não podem ser evitados.

Os grupos alternativos formados por produtores familiares em via de exclusão, ou excluídos diretamente pelos mecanismos de expropriação da política agrária, buscam se organizar não rompendo com o capital, mas adotando uma postura de insubmissão a este. A dinâmica do capital impõe uma constante releitura de seus processos, ajustados a diferentes territorialidades e partícipes de uma engrenagem em que as diferentes peças representam, ao mesmo tempo, um conjunto e uma unidade.

A partir desta experiência, apresenta-se como um dos grandes desafios explicitar os quadros teóricos e metodológicos em que se fundamenta a pesquisa. A ASCOPE está inserida no capitalismo, mas mantém-se como um grupo familiar onde os cooperados não são patrões e nem empregados. Analisar essa complexidade exige o estabelecimento de diálogo entre as Ciências e de compreensão da dinâmica dos processos produtivos.

Uma releitura das relações de produção no campo visualiza sua interdependência com a cidade e discute o seu real papel dentro do capitalismo. A utilização da terra de forma especulativa a desvincula de sua função social reforçando a concentração fundiária e ampliando a massa de desempregados. Segundo Paulino (2006, p. 30), “a propriedade camponesa constitui-se em terra de trabalho, estando a exploração restrita ao regime de trabalho familiar”. Seu fim último não é a extração da mais-valia, mas a subsistência da família.

No Brasil, embora os modelos europeus inspirem formas alternativas de organização da produção, a agricultura familiar se coloca como alternativa diante do contexto de uma política agrária excludente, “motivada por organizações politicamente engajadas e visando à construção de uma sociedade democrática e com a perspectiva de transformação social” (ROMERO, 1998).

Na unidade produtiva familiar⁵, a força de trabalho é utilizada segundo seu valor de uso, como atividade orientada de transformação de objetos, onde a capacidade de trabalho de cada membro possui significado para a família. Não se realiza a separação do trabalho da pessoa do trabalhador, nem a consequente conversão da força de trabalho em mercadoria, ao contrário, estrutura-se, no interior da família, uma divisão técnica do trabalho, articulada pelo processo de cooperação, resultando numa jornada de trabalho combinada dos vários membros da família.

A trajetória da ASCOPE vem ilustrar a força do pequeno produtor familiar diante da fragilidade das políticas agrícolas e agrária voltadas para esse sujeito na região amazônica. O desrespeito às especificidades da região tem se colocado como um dos principais fatores que favorecem o aparecimento de agentes de comercialização. “Na esfera da circulação dos produtos de origem agroflorestal, ocorre uma apropriação dos excedentes produzidos por um conjunto de agentes de comercialização: marreteiro, marreteiro-feirante, regatão e patrão”. (FRAXE, 2000, p. 150).

A expropriação da renda pelo intermediário impulsiona a luta do pequeno produtor no sentido de eliminar esse agente de comercialização. A criação da agroindústria permitiu à cooperativa uma rede de articulação na luta por maior agregação de valor aos produtos e renda ao comunitário cooperado através de um sistema de autogestão. A agroindústria vai atuar como uma garantia de mercado, resolvendo também a questão do transporte.

⁵ Em geral, a agricultura familiar está associada às noções de pequena propriedade, pequena produção e de laços familiares e _compondo uma unidade social _ almeja, objetiva, luta e produz, visando a sua reprodução social. A noção de reprodução social, neste contexto, se sedimenta ideologicamente como subsistência e não como reprodução social. Sedimenta-se, assim, na noção de manutenção da família e das condições de produção, que hoje, no contexto das questões ambientalistas, passam a ser interpretadas como o uso dos recursos naturais de forma sustentável (MOREIRA, 2007).

Uma análise ambiental da questão deixa claro que qualquer projeto agrícola para a Amazônia deve passar pela conscientização dos produtores locais sobre a importância econômica e ecológica da exploração racional das riquezas da região, o que garantirá uma produtividade compatível com a preservação do solo e da mata primária. Essa conscientização não pode se limitar aos produtores, mas é fundamental que atinja as autoridades competentes, de quem deve partir a vigilância, a assistência técnica, financeira e social desses projetos.

Por que é importante compreender os caminhos da produção familiar na Amazônia? Tal entendimento irá resolver as questões econômicas e os conflitos no espaço agrário da região? Não. A relevância da pesquisa consiste em uma releitura das relações sociais de produção rural visualizando sua interdependência com a cidade, discutindo seu real papel dentro do capitalismo e, sobretudo, entendendo que a sociedade caminha para outros padrões que estão relacionados à qualidade de vida.

Nesse contexto, Sabourin (2009, p.25) afirma que a identificação com os sistemas que regulam as relações sociais de produção requer um método que identifique “as polaridades econômicas destas relações, bem como a natureza dos valores produzidos”. A ASCOPE, atuante desde 1997, vem atuando em parceria com o Estado através de seus diferentes organismos.

Os primeiros comunitários do Sagrado são oriundos de uma área de várzea – o Lago do Jacaré localizado a uma distância aproximada de duas horas do Lago do Engenho.

A razão inicial da transferência para a terra firme se dá pela dinâmica da natureza, com suas cheias e vazantes a direcionar e redirecionar a mobilidade do homem, num constante vai-e-vem, é verdade, porém, que a construção da Vila em terra firme e a organização de seus habitantes lhes possibilitaram acesso a

benefícios infraestruturais que lhes fortaleceram para a organização cooperativista e, posteriormente, a criação da agroindústria (ver fig. 4).



Figura 4- Vila do Engenho.

Fonte: Maria Lucimar da Silva, 2010.

Por uma questão de logística, mais recentemente, a comunidade iniciou outro movimento, desta vez do lago para a Vila do Engenho. Há ainda que se considerar como afirma Cruz (2007), na mudança da várzea para a terra firme que:

As terras firmes, ao contrário das terras de várzea, entram na lógica do mercado capitalista de terras, pois as mesmas são passíveis de regularização. [...] Com isso, os proprietários dessas terras podem requisitar empréstimos bancários e conseguir incentivos fiscais do governo, tornando essas terras mais valorizadas do que as terras de várzea.

O embrião da Comunidade pesquisada surge no Lago do Engenho (ver fig. 5) pelos idos de 1953, com a união de Joaquim Nobre da Silva, conhecido na região pelo apelido de Galego, e dona Expedita Holanda, e mais tarde com a chegada das famílias Barbosa (1971) e Pessoa (1976). A migração do Lago para a terra firme, em

1968, marca a fundação da comunidade Sagrado Coração de Jesus, assentada num espaço de 10 km² na foz do rio Preto da Eva.



Figura 5- Lago do Engenho “margem esquerda”.

Fonte: Maria Lucimar da Silva, 2010.

Na Amazônia, o termo comunidade, caracterizado pelo coletivo e pela base familiar, foi introduzido pela Igreja, na década de 1970, sendo hoje incorporado à linguagem regional. Até a década de 1960, se observou na Igreja, uma nítida separação entre religião e questões políticas, porém a partir de então, um novo panorama começa a se delinear como afirma MATA (2005):

As mudanças eclesiológicas provocadas pelo Concílio Vaticano II (1962-1965) e pela Assembleia Episcopal Latino-Americana de Medellín (1968) tiveram um impacto muito forte na Igreja amazônica, pois esta estava diante de grandes desafios provocados pela aplicação de uma política voltada para explorar a Amazônia [...] ao grande capital. Diante dessa realidade, a Igreja tem dado sinais de sua vitalidade e de sua mais profunda comunhão com aqueles e aquelas que nesse contexto são a massa excluída e sofredora dos desmandos causados por esses planos econômicos voltados para a Amazônia.

Neste contexto, para a Igreja, o associativismo e cooperativismo eram um sinal de resistência do homem rural à pressão do capital e para isso era necessário prepará-lo, formar nele uma consciência política que o fizesse ver sua condição no espaço, julgar as ações e agir sobre ele para então celebrar a transformação pela consciência, num processo pacífico em prol de uma sociedade mais justa e solidária. A esse respeito as diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil, no triênio 2003-2006, observam:

Na atualidade deve-se continuar a incentivar formas associativas e comunitárias que ofereçam aos cristãos uma experiência de convivência, solidariedade, participação ativa e corresponsável, de valorização da pessoa. [...] É importante, também, que as pessoas não se fechem no grupo, recusando a solidariedade e a comunhão que devem à Igreja como instituição.

Os Lavradores em Ação surgiram, na década de 1980, liderados pelo atual prefeito de Itacoatiara, Antônio Peixoto. A necessidade e o querer da comunidade em enfrentar e superar as condições adversas a uma sobrevivência mais digna, que lhe possibilitasse acesso a terra e trabalho foi o mote incentivador desse movimento.

A atuação da Igreja Católica na organização do grupo foi pontual. Essa ação se deu a partir da atuação das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs. A opção pelos pobres a partir do documento de Puebla leva a Igreja a uma ação mais concreta no desenvolvimento e formação de lideranças comunitárias que fossem representativas de suas necessidades e anseios.

A atuação das CEBs, na região Norte, não foi uma empresa fácil. A congregação de Santa Dorotéia – presença evangelizadora no Amazonas há um século – pela pessoa da Ir. Nélia cita como uma das causas dessa dificuldade, o avanço das Igrejas Pentecostais. “As CEBs estavam voltadas muito mais para o social e menos para o espiritual”. Atualmente elas ressurgem pela força da renovação carismática.

De origem norte-americana o movimento Renovação Carismática Católica – RCC entra no Brasil a partir da década de 1970. Com uma característica fortemente juvenil e evangelizadora o movimento busca novos caminhos de recuperação da fé católica e de formação de uma identidade social ancorada em novos vínculos e papéis comunitários e novas percepções do mundo externo.

Essa temática da organização comunitária e formação de lideranças por influência das CEBs foi explorada na tese de doutorado de Jesus (2009) que afirma:

No Amazonas existem aproximadamente seis mil (6.000) comunidades rurais, formadas por aglomerados familiares e pessoas que, em geral, comungam das mesmas crenças religiosas, predominantemente filiadas ao cristianismo. Além da necessidade humana de viver em grupos, a configuração geográfica desta vasta região, recortada por milhares de rios, lagos e igarapés, apresenta enormes dificuldades de acesso pela via terrestre, daí a população ser ribeirinha (JESUS, 2009, p.65).

A Vila do Engenho, onde atualmente está localizada a Comunidade Sagrado, apresenta uma centralidade representada pela presença de uma igreja católica, uma escola e o centro social⁶. Ocorre, porém, que apesar desse aglomerado, ainda há moradores comunitários dispersos ao longo das margens direita e esquerda do Lago do Engenho (anteriormente denominado Lago do Prado).

A denominação Sagrado Coração de Jesus resulta da influência da Prelazia de Itacoatiara (JESUS, 2000). Historicamente, os nomes dos lugares, no Amazonas, estiveram atrelados ao elemento colonizador ou ainda ao contexto socioeconômico em que o povo se inseria. A toponímia dos lugares, em razão da colonização ibérica, de fé católica, é quase sempre atrelada a um nome de santo.

⁶ No Sagrado a presença de igrejas evangélicas como a Assembleia de Deus e a Igreja Batista disputam os fiéis. “A Igreja Católica não tem mais a hegemonia da ação social na Amazônia, afirma a socióloga Marilene Corrêa, da Universidade do Amazonas [...]. Junto com as novas igrejas, chega às margens dos rios e aos povoados mais distantes um sistema ético e moral que estimula o trabalho e condena desvios como bebedeira e uso de drogas” (Veja, set/2009).

No passado colonial, a nomenclatura dos lugares estava relacionada à data de sua descoberta e ao santo do dia, na metrópole colonizadora, ou ainda à situação social em se encontrava. E assim surgiu Santo Antônio do Içá (Alto Solimões), São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro (Alto Rio Negro), São Sebastião do Uatumã (Baixo Amazonas). Clássicos da literatura brasileira já estudavam tais particularidades.

Do Inferno Verde de Rangel ao Paraíso Perdido de Euclides da Cunha, observa-se uma revisão conceitual sobre a Amazônia, importante no processo de integração da região. “[...] Na terra sem história, os primeiros fatos escrevem-se [...] nas denominações dos sítios [...]. Valha-nos Deus, Saudade, São João da Miséria, Escondido [...]” (CUNHA, p.91, 2003).

A família do Senhor Galego está na quarta geração. Casamentos consanguíneos têm mantido a comunidade dentro de uma estrutura familiar, fundamental no fortalecimento desta como também da cooperativa. Quase todos, na comunidade, têm laços consanguíneos. Embora a cooperativa não integre a totalidade dos habitantes, o parentesco tem marcado sua organização.

[...] As comunidades e os povoados rurais ribeirinhos são formados por laços de parentesco, eles são genuinamente formas locais. As relações de parentesco e os casamentos possibilitam o controle contínuo do acesso aos recursos próximos, como terras, lagos e rios. [...] Em geral, as comunidades ribeirinhas apresentam densas redes de parentesco, organizadas em agrupamentos de famílias. (HARRIS *In* ADAMS *et al.*, 2006, p. 91).

A base da renda do Senhor Galego e sua família, a princípio, era derivada do cultivo da cana e de um pequeno engenho, originando daí o nome Vila do Engenho e ramal do Engenho. O trabalho do puxirão⁷ vai delineando a comunidade e fazendo

⁷ Nome dado no Brasil, à reunião de vizinhos, convocados para a execução de um trabalho coletivo. Como em todas as culturas camponesas, o trabalho coletivo a pedido de um vizinho não é assalariado, mas obedece à regra de reciprocidade idêntica, constituindo uma das formas mais importantes de cooperação vicinal (Dicionário de sociologia, 1981).

surgir a infraestrutura que serve a vila atualmente. A cantina, hoje Seção de Consumo, a ser analisada com mais vagar, no capítulo 3, o centro recreativo, o campo de futebol, a escola são memórias do trabalho e da coragem de um povo há muito habituado com as intempéries da vida e da natureza, mas que têm conseguido com união e organização comunitária, melhorar seu modo de vida.

A Vila do Engenho surgiu há nove anos, no entanto a comunidade do Sagrado foi fundada há cinco décadas. De acordo com lideranças, não há uma contagem oficial, mas estima-se uma população de aproximadamente mil habitantes, na comunidade. Mas o que era a comunidade antes da criação da Vila? Conforme afirma Jesus (2009),

A Comunidade Sagrado Coração de Jesus foi fundada no ano de 1968 na foz do Rio Preto da Eva, pelos trabalhos religiosos do catequista Ananias Galvão, da vizinha Comunidade de Caxinauá. [...] A área tem aproximadamente 10 km² formada por terra firme, várzea, paraná, lago do igarapé. Nesta época, a população era de aproximadamente 100 pessoas organizadas em 20 famílias, sendo a população de 60% mulheres e 40% homens. Atualmente existe cerca de 200 famílias, a maior parte morando na sede da Comunidade, em terras firmes (JESUS, 2009, p.70).

A população do Sagrado, após a mudança da várzea para a terra firme⁸, formou um agrupamento disperso ao longo das margens direita e esquerda do Lago do Engenho habitando moradias no estilo palafitas ou flutuantes. Atualmente, os moradores do Lago têm migrado para a Vila, transportando como bagagem, a casa que será recolocada na vila.

As palafitas são deslizadas para uma balsa e destas para um caminhão, particular ou da comunidade, que as transportará até o ponto onde será fixada a nova moradia. As casas com piso de alvenaria não podem ser transportadas,

⁸ Terras firmes são terrenos localizados distantes dos grandes cursos d'água ou acima do nível máximo das águas e por isso não sofrem a influência das enchentes periódicas. São as terras que se elevam a partir das várzeas; seus solos, muito intemperizados, são quimicamente pobres, com fertilidade de baixa a média, pH ácido, e com uma camada superficial de húmus, rapidamente destruída com a retirada da floresta (NODA, p.6).

deixando a seus donos a opção do desmanche ou o abandono em prol de um parente (ver fig. 6).



Figura 6 - Moradia no Lago do Engenho.

Fonte: Maria Lucimar da Silva, 2010.

Na fala de um morador as limitações da sazonalidade impostas pela dinâmica natural do lugar, dificultando a fluidez das relações sociais e de produção levaram a comunidade a pensar na mudança do Lago para a Vila. Havia um imperativo organizacional para gerar recursos e atrair benefícios tais como o do programa “Luz Para Todos⁹” do Governo Federal implantado na Vila em 17 de agosto de 2005.

O terreno que abriga a Vila foi comprado de Argemiro Bessa, com recursos da própria cooperativa, e dividido em lotes de vinte e cinco por quinze, ao preço de cento e cinquenta reais e lotes de quinze por vinte, ao preço de cento e vinte reais. Na atualidade, esses valores oscilam numa faixa de cinco a dez mil reais. Não há mais lotes à venda a não ser que o morador disponibilize parte do seu para a venda.

⁹ Projeto do governo federal, criado pelo Decreto n. 4873, de 11 de novembro de 2003, em parceria com os governos e estadual. Tem como objetivo principal fazer com que as pessoas beneficiadas utilizem a energia elétrica para realizar atividades produtivas que ampliem a renda familiar e promovam o desenvolvimento local (www.cpfl.com.br).

1.2 Do lago para a Vila: o transporte da casa para o núcleo central da comunidade

O que empurra o homem da várzea para a terra-firme? O produtor resiste, mas ele não suporta quando a água vem e leva tudo. Os membros da comunidade têm migrado do lago de terra firme para a Vila. Quanto a essa questão, devem ser considerados dois fatores causadores da mobilidade, sendo um de ordem natural e outro de ordem social: as limitações sazonais de cheia e vazante e o acesso à escola.

No período da enchente, o rio Preto da Eva (ver fig. 7) transborda e todos os furos¹⁰ se interligam possibilitando a comunicação e facilitando os deslocamentos, mas, na vazante, ocorre uma separação dos furos modificando os conceitos de tempo e distância. Com a sazonalidade, o homem local precisa fazer contornos que ampliam as distâncias, o tempo e os custos de deslocamento. Por uma questão de logística, a Vila torna-se mais atraente que o Lago.



Figura 7 - Rio Preto da Eva.

Fonte: Maria Lucimar da Silva, 2010.

¹⁰ Braços de água que ligam dois rios maiores ou um rio e um lago.

Diferente da época inicial, quando o Senhor Galego e família praticavam a migração sazonal do Lago para a terra firme, no período da enchente, com retorno marcado durante a vazante, hoje a comunidade está definitivamente instalada na Vila e são poucas as famílias que resistem à mudança mantendo-se às margens do Lago.

A princípio, foram muitas idas e vindas, pois a família do Senhor Galego relutava em abandonar sua casa e quando, finalmente, decidiu acompanhá-lo, a alternativa foi arrancar a casa e transportá-la para a Vila em terra firme (ver fig. 8).



Figura 8 - Casa transportada do Lago do Engenho para a Vila.

Fonte: Maria Lucimar da Silva, 2009.

A ação de retirada da casa para o transporte não é tarefa das mais fáceis, pois emprega muitas horas de esforço para deslizar a casa para a balsa e posteriormente para o caminhão que a transportará para o novo local onde será fixada na Vila. Para essa empresa poderá ser utilizado o caminhão da cooperativa ou ainda contratar um serviço particular (ver fig. 9).



Figura 9 - O transporte da casa do Lago para a Vila.

Fonte: Waldelice Sousa, 2010.

A mobilidade da população e da casa não se insere em uma visão determinista, como mera adaptação, mas ao contrário, a Comunidade se reinventa na construção do seu cotidiano, emoldurado por uma paisagem erroneamente caracterizada como monótona. Stenberg, em suas incursões pelas várzeas do Baixo Amazonas, observou a esse respeito que:

As variações sazonais do nível das águas obrigam o homem a constantes ajustamentos; é através dessas pulsações da paisagem que mais claramente aparecem as vinculações da coletividade com o meio. O ciclo anual de enchentes e vazantes [...] rompe a relativa monotonia da planície e cria como que duas paisagens diferentes. Os que quiserem enfrentar as dificuldades e aproveitar os recursos próprios de cada um desses ambientes estacionais, em que se

decompõe a região, hão de armar-se, pois, de um conjunto relativamente rico de técnicas. (STENBERG, 1998, p.245)

Para Stenberg, a água é o elemento natural que vai influenciar a paisagem cultural da várzea. Na comunidade do Sagrado – produtora de cupuaçu, abacaxi e maracujá, numa área de terra firme do Médio Amazonas - fez-se necessário pensar numa forma alternativa de escoamento de sua produção. Conhecendo a diversidade da paisagem e suas múltiplas possibilidades, e convencidos da força do abacaxi e do cupuaçu, algumas famílias do Sagrado se uniram em torno de um ideal cooperativista que motivasse sua produção, garantindo trabalho e renda a seus cooperados.

Essa perspectiva de desenvolvimento tem incentivado a mudança de famílias inteiras do Lago para a Vila. Ao todo, foram vinte casas transportadas até 2009. Há os que resistem e continuam no lago, ou porque não querem mesmo sair ou porque não podem transportar a casa.

Esses, em geral, são os moradores da margem esquerda de quem entra no lago, a partir do Paraná da Eva, e a razão é a possibilidade do acesso de carro ao sul de suas casas ou então são os moradores da margem direita, que construíram casas sobre pisos de alvenaria e não querem abandoná-las ou desmanchá-las.

Há ainda aqueles que se mudaram para a Vila e nem transportaram ou desmancharam a sua casa. Venderam ou passaram para parentes.

A comunidade hoje é composta de aproximadamente 140 famílias e conta com uma infraestrutura urbana que apresenta, além da energia, água encanada, uma escola municipal (ver fig. 10) que atende a uma média de 600 alunos e que funciona em três turnos com Ensino Fundamental e Médio, Educação de Jovens e Adultos - EJA e Tecnológico; uma quadra de esportes; uma biblioteca; um posto médico, habilitado a realizar exames para detectar a febre amarela.



Figura 10 - Escola Municipal Prof.ª Luiza Mendes.

Fonte: Maria Lucimar da Silva, 2010.

A religiosidade é um elemento forte na estrutura social da comunidade. A igreja é local de socialização e também fator de união quando se faz necessário resolver problemas comuns aos comunitários. Um exemplo dessa força foi a mobilização da comunidade em 2010 com vistas a arrecadação de fundos para a construção de um posto policial na entrada do ramal.

Ao todo são quatro igrejas, sendo uma católica (ver fig. 11), inaugurada em dezembro de 2002. Construída em forma de mutirão¹¹, nos finais de semana, o templo é um exemplo da solidariedade comunitária. Projetada para ser construída em dez anos, foi concluída em dois. As demais igrejas professam o protestantismo, são da Assembleia de Deus ou Batista, e como já citado anteriormente, disputam os fiéis com a Igreja Católica.

Moradores mais antigos, como seu Nonato, filho do seu Galego, testemunham que a Igreja Católica tem perdido fiéis para outras crenças. A questão não foi aprofundada, mas os relatos indicam pontos de conflito entre o representante local da Igreja e alguns comunitários.



Figura 11 - Igreja Sagrado Coração de Jesus.

Fonte: Maria Lucimar da Silva, 2009.

¹¹ “O termo “mutirão” designa dois tipos de cooperação camponesa de origem autóctone. A primeira diz respeito aos bens comuns e coletivos (construção ou manutenção de uma rodovia, escola, barragem ou cisterna), a outra aos convites para trabalhar em benefício de uma família, em geral para trabalhos penosos (desmatar um terreno, montar uma cerca, construir uma casa) (SABOURIN, 2009).

Não há uma sede social, cinema, locadora ou hotéis a não ser a recém-inaugurada pensão da Dona Graça e do seu Aristides, que oferece uma estrutura de dois quartos, em alvenaria, com a comodidade de ar-condicionado em apenas um deles, além de um banheiro coletivo.

Por ocasião das festas locais ou ainda pela presença de pesquisadores das universidades, há uma intensificação do fluxo populacional em direção à Vila e, nesse caso, a hospedagem na pensão da Dona Graça requer uma reserva antecipada.

No que concerne ao lazer, alguns grupos reúnem-se nos finais de semana para frequentarem os clubes de Novo Remanso ou ainda ocorre a reunião da comunidade por ocasião dos campeonatos de futebol, quando as famílias se reúnem na quadra de esportes, para prestigiarem os “craques” do Engenho.

A comunidade é servida por três comércios flutuantes, mas apenas um pertence à cooperativa: A Seção de Consumo que será analisada com mais vagar, conforme citei anteriormente, no capítulo 3. Na prestação de serviços conta também com um sistema de coleta de lixo (ver fig. 12).



Figura 12 - Coleta de lixo.

Fonte: Waldelice Sousa, 2010.

O serviço de coleta de lixo da Vila é realizado por dois caminhões sendo um deles fornecido pelo município de Itacoatiara e o outro é pertencente à cooperativa. Modernidades como uma linha de telefone fixo e internet, excetuando um sinal na agroindústria, ainda são ausentes na comunidade assim como serviços bancários e transporte regular para Manaus.

Recentemente foi inaugurado um serviço de táxi que faz o trajeto Sagrado-Manaus-Sagrado. O serviço é um trabalho acessório, prestado por seu Nato, um produtor não associado da ASCOPE, que cobra trinta e cinco reais para fazer o percurso que está condicionado à lotação integral do veículo. A modernidade se insere no cotidiano da Vila.

Essa modernidade, no entanto não atinge a todos da Comunidade. Uma observação mais detalhada permite visualizar diferentes tempos no espaço. Santos (2006) justificava essa disparidade ao afirmar que:

Realidades diversas e contingências da associação entre tecnologias e grandes organizações inviabilizam a homogeneização dos espaços na era globalizada. A técnica sozinha não explica os espaços, ela prescinde do quadro social. Ela não suprime o espaço e o tempo, mas os altera em sua textura e duração. [...] A técnica é tempo congelado e revela uma história (p.48).

No processo histórico de formação do Sagrado a união das famílias foi o fator primeiro do ideal comunitário. Mais tarde, a participação da Igreja na formação de líderes comunitários conscientes de sua situação e engajados em uma luta por mudanças sociais deram início a um movimento associativista que culminou na criação da ASCOPE, uma cooperativa de produtores agrícolas sobre a qual me debruço no capítulo dois.

CAPÍTULO 2

2. ASCOPE – SOMANDO ENERGIAS, MULTIPLICANDO RESULTADOS.



Figura 13 – Mudas de melancia.

Fonte: Waldelice Souza, 2010.

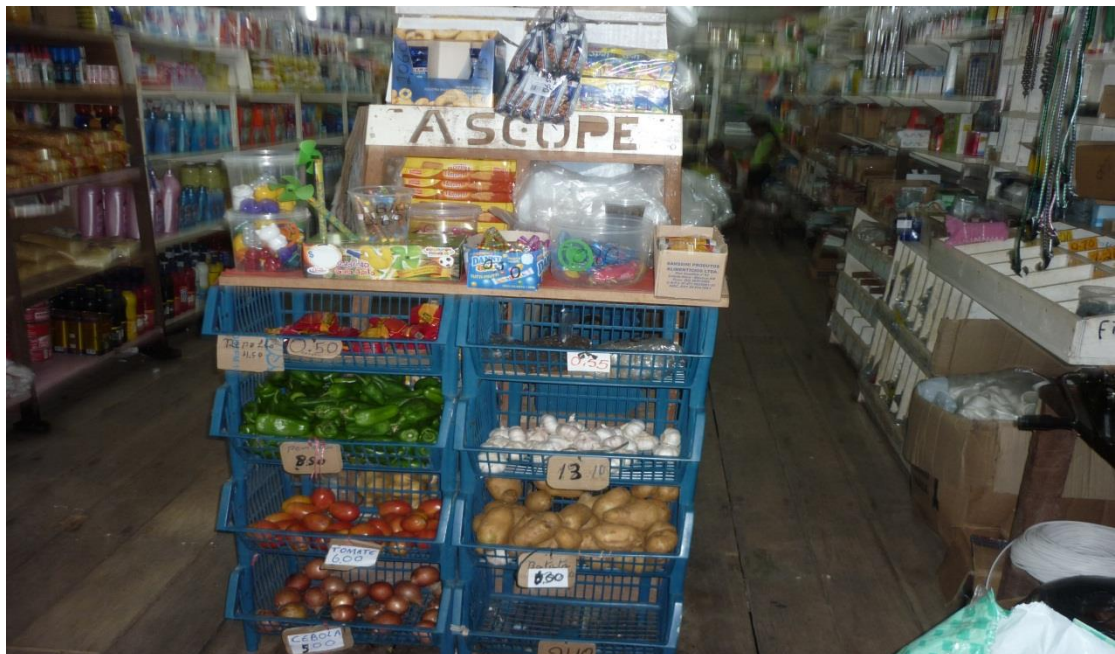


Figura 14 – Interior da Seção de Consumo.

Fonte: Maria Lucimar da Silva, 2010.

2.1 A inteligência coletiva

Segundo dados do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP/AM, instalado em outubro de 1999, com a finalidade de executar as ações de formação profissional, monitoramento e promoção social no âmbito das cooperativas do Estado, o número de cooperativas no Amazonas é superior a cento e cinquenta. A ASCOPE está inserida nessa estatística sendo também uma afiliada da OCB/AM, constituída em fevereiro de 1973 com objetivos claros de defender, preservar e integrar o sistema cooperativista no Estado.

Cooperativa de produtores rurais agrícolas, baseada na produção, principalmente, do abacaxi (ver fig. 15), e do cupuaçu (ver fig. 16) e mais recentemente, do maracujá, a formação da ASCOPE vem de dois períodos: 1987 e 1993. No ano de 1987, um grupo de lavradores reúne-se de maneira informal criando um compromisso de companheiros que seria o embrião disseminador da ideia associativista.



Figura 15- Cultivo do abacaxi.

Fonte: Maria Lucimar da Silva, 2010.

Segundo Veiga (2001) “cooperativa é um sistema de cooperação econômica que pode envolver várias formas de produção e de trabalho e aparece historicamente junto com o capitalismo, mas se propõe como uma das maneiras de sua superação”.



Figura 16 - Cultivo de cupuaçu.

Fonte: Maria Lucimar da Silva, 2010.

Em 1993, surge formalmente a primeira associação do Amazonas a estar inserida no sistema de crédito bancário. A ASCOPE passa a receber recursos e incentivos do FNO e SEPROR, ainda assim as atividades produtivas eram desenvolvidas em forma de mutirão e sob condições adversas. Atividades noturnas como a retirada da polpa do cupuaçu só era possível à luz de velas e não havendo um espaço adequado e específico para tal fim, ela era desenvolvida em ambientes diversos como a casa de algum cooperado ou ainda a escola.

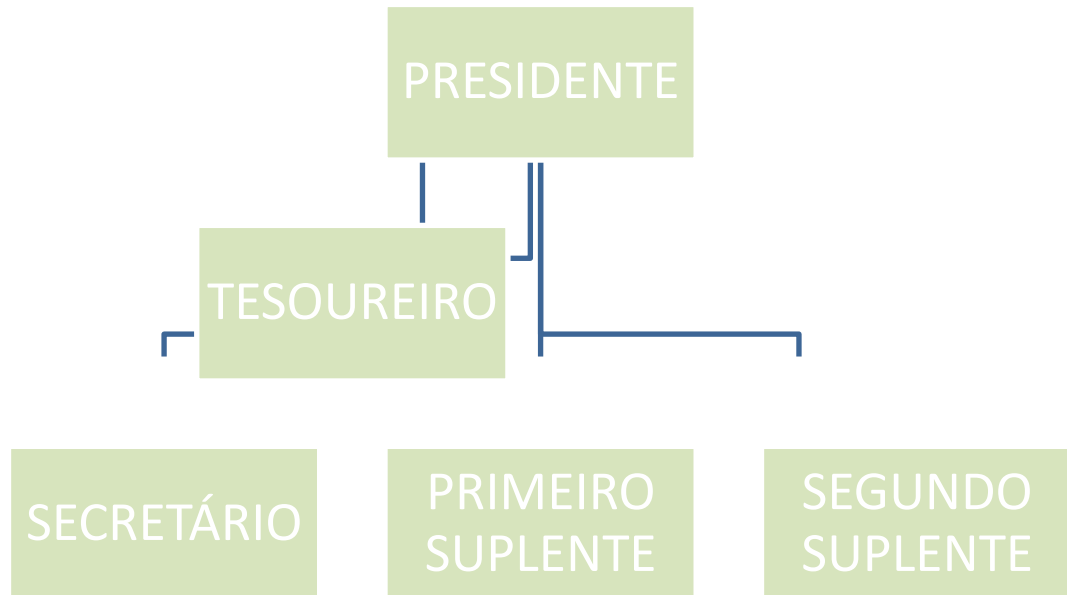
Para a formação da cooperativa, existe um limite mínimo de vinte membros associados conforme determina a Lei 5.764 do cooperativismo, mas não existe um limite máximo. Na ASCOPE, há casos de famílias cuja maior parte dos membros é de cooperados. É o caso da família do seu Nonato – atual secretário da cooperativa. O patriarca dessa família, hoje com mais de 80 anos, desligou-se, por livre vontade, da cooperativa e, nesse caso, é permitido a outro membro da família assumir o lugar daquele que saiu.

Quando o gestor da cooperativa ou da Agroindústria assume, como são escolhidos os demais colaboradores? São escolhidos em assembleia ou recebem indicação? Segundo afirmação de lideranças da ASCOPE, para o gerenciamento tem predominado a indicação, respaldada pela assembleia. O corpo da assembleia é constituído de 43 membros que é o total de cooperados e de acordo com o regimento, funciona a partir de um terço de presença nas convocações, mas é observado sempre o quórum máximo, acima de 50%.

A assembleia é o poder máximo dentro da cooperativa e suas reuniões podem ser ordinárias e extraordinárias, quando houver demanda. O Conselho de Administração – votado na Assembleia Geral Ordinária – é composto de cinco membros, a saber: o presidente, o tesoureiro, o secretário, o primeiro suplente e o segundo suplente. O Conselho Fiscal tem seis membros. A assembleia tem poder decisório a partir da presença de três membros da diretoria. Quando houver veto parcial, o projeto será devolvido ao Conselho Administrativo para revisão ou suspensão.

O Conselho Administrativo fica encarregado de discutir as questões propostas, votar e então levar à assembleia. Se esta derrubar por maioria, a moção não passa. Pode acontecer ainda de o Conselho votar pela não submissão da moção à assembleia. Já houve um caso de dissidência – único na cooperativa - por discordância de ideias no Conselho e assembleias. As outras baixas se deram por morte ou deslocamento.

Gráfico-1 - CONSELHO ADMINISTRATIVO DA ASCOPE



FONTE: Edsomar Soares (gestor da Agroindústria).
Organização: Maria Lucimar da Silva, 2010.

Quando o desligamento se dá por óbito e a família não quer assumir o seu lugar na cooperativa, pelo estatuto, ela deverá devolver a terra, a fim de que não haja comprometimento no andamento da cooperativa. A cada membro é dado o direito de entrar e de sair, mas também lhe serão cobrados deveres e, quando os conflitos se intensificam, busca-se a moderação no Conselho, antes de levar a questão à assembleia, sem esquecer a essência familiar do grupo que pode flexibilizar ou não o diálogo, assumindo posição de defesa por parentesco ou afinidade.

Os mais velhos da cooperativa quase sempre exercem o poder de moderadores, são sempre ouvidos, mesmo quando não ocupam nenhum cargo na gestão da cooperativa. Não há restrição em aceitar novos membros, mesmo que ele

não seja originário da vila, mas há critérios que devem ser respeitados. Na aprovação do estatuto, ficou acordado que, para ingressar na ASCOPE, tinha que estar filiado ao sindicato por um período mínimo de seis meses, ter maioria e morar na comunidade Sagrado Coração de Jesus do Paraná da Eva. Parte dos membros é originária do embrião que gerou a associação e que depois se transformou na cooperativa. A esse respeito E.S.M. observa,

Quando nós estávamos no grupo de lavradores [...], pelo critério dos lavradores em ação, para poder fazer parte era preciso ter pelo menos seis meses de filiação ao sindicato ao - STR. Quando passou à associação já tem um critério básico pra participar: um deles é ter moradia, projeto, determinação de ficar na comunidade e ser produtor rural.

Apesar da flexibilidade de acesso, a ASCOPE é uma cooperativa de homens e mesmo sem haver uma proibição legal, há um entendimento no grupo de que toda a família faz parte, mas fica determinado que o homem é quem deve se associar. São 43 associados e nenhuma mulher.

Entre os associados não é raro encontrar aquele cujos filhos estão cursando uma faculdade. No entendimento dos mais antigos da cooperativa, tal evolução poderá, num futuro próximo, trazer problemas para a coletividade. Questionam-se quantos desses continuarão na vila depois de formados? Quantos não irão preferir o conforto de um emprego numa grande empresa? Agrônomos, Turismólogos, profissionais da Informática ou da Matemática, todos têm uma forte ligação com o lugar e é desejo da comunidade que o conhecimento adquirido na universidade possa ser aplicado na comunidade.

Conjecturas a parte, para a comunidade é motivo de muito orgulho ter um técnico local, e embora em suas mãos não se percebam mais as calosidades inerentes ao agricultor, sua presença é vista como positiva, geradora de novas ideias e formas de lidar com as questões locais. Contraditoriamente, alguns desses recém-formados ressentem-se em não estarem inseridos no contexto da cooperativa.

A ASCOPE não tem um levantamento estatístico, mas estima-se que os resultados econômicos têm garantido a todos os seus cooperados uma boa infraestrutura de casa e é certo que quase todos tenham terra em seu nome. No início do processo de associativismo, esse era um dado inverso. A carência de dados ocorre pelo fato de que nem todos os terrenos adquiridos são documentados, caracterizando-se, dessa maneira, como informal e, portanto para o governo, ele é um sem terra.

A ASCOPE é filiada da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB através da qual já participou de vários encontros de formação, tanto em nível estadual como nacional. Para o presidente da OCB, Márcio Lopes de Freitas, é importante intensificar a junção de cooperativas para ganhar competitividade no mercado. Atualmente a Instituição “comanda 7.261 cooperativas, 1.615 das quais do ramo agropecuário. Além de responder por 98% das exportações, elas são responsáveis por 37% do Produto Interno Bruto – PIB agropecuário brasileiro” (GLOBO RURAL, 2010).

Essa integração é importante, porque reúne cooperativas de diferentes ramos e serve para troca de experiências e informações, permitindo tirar conclusões e avaliar os estágios. No Amazonas, o contato maior da cooperativa foi com a COAPIR (Cooperativa Mista Agropecuária de Iranduba), no entanto, o nível de articulação vai depender da capacidade de conexão de quem a preside e, por essa razão, as administrações têm se caracterizado por bons e maus momentos.

Essas redes são importantes, porque permitem somar informação e conhecimento utilizados na gestão e trabalho com a terra. Cursos de capacitação técnica também têm sido oferecidos a partir da parceria com o SEBRAE.

Mesmo tendo no cupuaçu e no abacaxi seus principais produtos, a cooperativa entende, hoje, a necessidade de incentivar o agricultor para um cultivo mais variado, mas essa não é uma tarefa fácil, pois o mesmo é resistente a

mudanças. As frutas são espécies cíclicas e que ocorrem em diferentes épocas de tal forma que a diversidade dá à cooperativa sustentabilidade econômica.

Com produção 100% escoada para o mercado de Manaus, a maior parte é destinada ao setor informal. A cooperativa produz, além do cupuaçu e abacaxi, o maracujá, em larga escala. Dentre estes, apenas o abacaxi e a polpa de frutas – cupuaçu, goiaba, açaí etc. - estão inseridos no programa da merenda escolar do Estado e Prefeitura de Manaus que absorve aproximadamente 10% da produção da ASCOPE.

Também se cultivam plantas de várzea. Quando o rio começa a baixar tem início o cultivo da melancia, da pimenta e outros. Esses são cultivos adaptados a altas temperaturas.

Tabela 1- PREÇO DO ABACAXI DISTRIBUÍDO NA FEIRA DA MANAUS MODERNA-2010

CLASSIFICAÇÃO	VARIEDADES	preço/unidade (valor máximo)	preço/unidade (valor mínimo)
Tipo-1	Ferrão	2,70	1,70
Tipo-2	Médio	2,30	1,50
Tipo-3	Miúdo (melhorado)	1,80	1,20
Tipo-4	Chibil ¹²	1,30	0,80
Tipo-5	Pérola	0,30	0,10

Fonte: ASCOPE/AM (set/2010)
Organização: Maria Lucimar da Silva

No que diz respeito aos cuidados com o solo, à exceção do cupuaçu que é produzido de forma orgânica, no cultivo do abacaxi é empregada a adubação química e defensivos com auxílio técnico da Embrapa.

¹²Também conhecido como brocado é aquele abacaxi com avaria. Há um impasse quanto à variedade do abacaxi produzido pela cooperativa. Esta divulga a produção do Pérola, mas este não é produzido no Amazonas. Fora do estado ele é conhecido como Regional ou da Colônia. A Embrapa está pesquisando a origem, para que se possa fazer o batismo do produto.

Quadro 1- INSUMOS UTILIZADOS NOS ROÇADOS DA ASCOPE

CLASSE	TIPOS	PERICULOSIDA DE AMBIENTAL	EFEITOS COLATERAIS	USO
	FOLISUPER	Muito perigoso	Fraqueza Dor de cabeça Cólica abdominal Vômitos Náuseas Diarreias etc.	Controle de pragas
	CONFIDOR (inseticida)	Muito perigoso ao meio ambiente	Parestesia Irritação nas vias respiratórias inferiores	Controle de pragas.
	ALIETTE	Perigoso ao meio ambiente	Hipotensão Parada cardiorrespiratória Convulsões Hipertermia Insuficiência renal	Tratamento de mudas.

CLASSE	TIPOS	PERICULOSIDADE AMBIENTAL	EFEITOS COLATERAIS	USO
HERBICIDA	GLIFOSATO	Perigoso ao meio ambiente	Vômito Diarreia Inflamações/Gástricas. Transtornos reprodutivos	Controle de plantas daninhas e gramíneas.

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Organizado por Maria Lucimar da Silva.

Este quadro resume o impacto da utilização de agrotóxicos na saúde e no ambiente, de uma forma geral, e acerca do tema cabe dizer que não existe uso adequado desses produtos, mas qualquer que seja a ação, ela será danosa ao ambiente. Todas as categorias destacadas no quadro 1 são tóxicas e algumas delas, como é o caso do CONFIDOR, apresentam alto potencial de deslocamento no solo podendo atingir águas subterrâneas além de ser altamente tóxico para minhocas e peixes, podendo ocasionar um desequilíbrio no ecossistema local. Sobre o paradigma da indústria química Lutzenberger (2006) considera que:

A indústria química conseguiu impor seu paradigma na agricultura, na pesquisa e no fomento agrícola e dominou as escolas de agronomia. Ela impôs um tipo de pensamento reducionista, uma visão bitolada que simplifica as coisas, mas que acaba destruindo equilíbrios que podem manter uma agricultura sã. [...] O camponês tradicional e o agricultor orgânico moderno sabem que a praga é sintoma, não causa do problema. Com um manejo adequado do solo, adubação orgânica, adubação mineral insolúvel, adubação verde, consorciações, rotação de cultivos, cultivares resistentes e outras medidas que fortificam as plantas, eles mantêm baixa a incidência de pragas e moléstias das plantas. O paradigma da indústria química não leva em conta estes fatores. Combate sintomas e não procura as causas. (p. 55; 56).

Outro paradigma a se rever é o de que sem agrotóxicos não há produção, mas como dizer não a eles, se a sua utilização muitas vezes é uma imposição do Estado? Refletindo a temática, Jesus (2000) adverte que:

[...] O uso irresponsável dos produtos químicos nas plantações [...] tem todo o aval das instituições agrícolas oficiais e do governo federal. Os comunitários se utilizam das orientações técnicas [...] fornecidas pelo Instituto de Desenvolvimento do Amazonas (IDAM), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), bancos, etc. Tornou-se obrigatório a todos os beneficiados com o financiamento bancário a aquisição de produtos químicos, fertilizantes e adubos [...] sem que o produtor tenha opção quanto a esses produtos (p.98).

A vigilância, nesse aspecto, não será efetivada sem a participação da coletividade. Tem-se que discutir a questão, ver o que é possível fazer de imediato, usar a inteligência coletiva para superar as dificuldades. Na avaliação de Alfio (2002) acerca dessa discussão coletiva:

[...] Os agricultores praticantes de uma agricultura alternativa são motivados por agentes pastorais da Igreja e por técnicos de entidades não governamentais, principalmente, a se organizarem em associações, visando a construir um espaço de discussão sobre as condições de sua existência e formas de enfrentamentos dos problemas relativos à produção e comercialização. (p. 17).

As parcerias estratégicas são importantes para avaliar o impacto da agroecologia¹³ na saúde. Não dá para fazer só. É verdade que se vive na sociedade da estética, onde o visual vale mais que as palavras e a aparência dos produtos deve estimular a vontade de consumi-los. Produtos frescos, grandes, sem manchas e livres de deformidades são mais sedutores aos clientes. Para a ASCOPE, que pensa na segurança alimentar do consumidor final de seus produtos, o melhor é evitar qualquer agente patógeno, no entanto a utilização dos insumos pelos cooperados é uma exigência dos parceiros institucionais.

O uso do agrotóxico oferece uma contaminação em rede. O solo, a planta, a água, o peixe, o produto agrícola e o homem. Quando não é possível descartá-lo do processo tem que se pensar em formas de utilização menos invasivas.

¹³No Brasil [...] enquanto um movimento socialmente organizado, a agricultura alternativa tem sua origem na década de 70. Surge como um contramovimento, uma via alternativa à política de modernização agrícola. Esta, pelo seu caráter excludente, irá provocar uma reação de grupos de agricultores familiares não contemplados pelos benefícios dos subsídios governamentais, provenientes do crédito agrícola, ou de outros serviços prestados por órgãos públicos destinados a orientar o agricultor, prestar serviços e fomentar infraestrutura de apoio ao meio rural (Alfio, p. 12).

Os produtores que o manipulam devem ser supervisionados e adotar medidas de segurança tais como a utilização de Equipamentos de Proteção Individual-EPI (ver fig. 17).



Figura 17 - Equipamento de Proteção Individual-EPI.

Fonte: Waldelice Souza, 2010.

Tais normas são obrigatórias e estão inseridas na ideia de responsabilidade social para dar segurança ao produtor e segurança alimentar ao consumidor. A Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 em seu Art. 16 determina que:

O empregador, profissional responsável ou prestador de serviço, que deixar de promover as medidas necessárias de proteção à saúde e ao meio ambiente, estará sujeito à pena de reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, além de multa de 100 (cem) a 1.000 (mil) MVR. Em caso de culpa, será punido com pena de reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, além de multa de 50 (cinquenta) a 500 (quinhentos) MVR (LEIS, Brasil, p. 46)

Ratificando a ideia de que não dá para fazer só, a ASCOPE tem recebido assistência institucional através da Embrapa (IDAM) que junto com o Ministério da Agricultura estão trabalhando a produção integrada, na região de Novo Remanso e Engenho, inseridos na ideia do economicamente viável, socialmente correto e ecologicamente justo. A ASCOPE tem procurado entrar em contato com experiências cooperativistas de outras partes do Brasil, buscando conhecer novas experiências e de que forma elas podem ser inseridas no processo produtivo local. A cooperativa busca se distanciar dos produtos químicos e prima por seu uso racional.

A prática de consórcio do cupuaçu com o abacaxi é uma forma de manejo recomendada pelos órgãos parceiros, que indicam sempre a inclusão de outros métodos de controle como o cultural e o biológico, a fim de evitar resistências aos químicos. A prática do consórcio é uma técnica aplicada pela chamada agricultura ecológica, importante na manutenção do equilíbrio do solo.

Muito embora poucos agricultores conheçam a fórmula dos defensivos e herbicidas utilizados – em geral ele é reconhecido pelo cheiro e cor – esse conhecimento poderia evitar o uso excessivo e aplicações desnecessárias. Esse processo educacional, porém, é lento, mas sua aplicação reduz custos, mantém resultados, impulsiona o desenvolvimento individual e da coletividade.

De outra forma o uso inadequado de defensivos cria pragas cada vez mais resistentes uma vez que ocasiona o desequilíbrio ecológico do solo. Para corrigir o problema o agricultor intensifica a aplicação de químicos, que onera o processo produtivo e reduz as possibilidades do agricultor familiar distribuir o seu produto no mercado.

Os produtores participam de cursos de formação e apesar de terem acompanhamento, nem todos cumprem com as normas de segurança, no manuseio de produtos químicos. Na Vila, há os que são disciplinados, mas há também os que baseiam suas ações na experiência equivocada de outros, manuseando, em pleno século XXI, o produto com as mãos, por exemplo.

Na cooperativa, esse tipo de ação poderá gerar conflitos, pois irá interferir quimicamente no solo. A preocupação é para com o uso das áreas indevidas como as margens do lago, igarapés e do Paraná da Eva. Estas não devem ser agricultáveis e muito menos o rio deve servir como lavatório para os vasilhames do veneno. A saída é buscar uma solução pela educação e um desenvolvimento compromissado com a sustentabilidade ambiental, econômica e social. O produtor indisciplinado no manuseio dos químicos e despreocupado com a qualidade de seu produto final não ilustra o perfil do cooperado da ASCOPE. Produzir com qualidade deve ser um objetivo coletivo.

Na parceria com as prefeituras, grupos de produtores agrícolas têm tido dificuldades de vender para o programa da merenda escolar. A paisagem mundial globalizada apresenta hoje um perfil de consumidor mais preocupado com o ecologicamente correto e muito mais exigente com relação aos produtos que consome, priorizando o orgânico, assim a inserção competitiva neste cenário requer a adaptação dos produtores às instâncias reguladoras do comércio.

Os laudos técnicos apresentados pela ASCOPE – exigidos para a comercialização - atestam ausência de contaminação nos roçados da cooperativa, mas a vigilância é necessária para conter os exageros, e produtores que desrespeitam as regras fazendo uso desmedido de produtos químicos sofrem retaliações dentro da cooperativa. A responsabilidade maior do técnico é para com o abacaxi *in natura*, pois caso as aplicações não sejam feitas no tempo certo, podem comprometer o produto e o solo.

O objetivo da cooperativa é uma redução progressiva do uso de produtos químicos¹⁴. É importante que todos estejam imbuídos dessa ideia, a fim de que uma ação individual não venha comprometer o todo. Os defensivos têm sua função, mas

¹⁴ Inicialmente, quando a consciência ecológica era pouca, os venenos eram apresentados com o termo genérico “pesticidas”. [...] Cedo, no Brasil, passaram a usar o termo “defensivos”. Uma palavra menos agressiva, que inspira mais confiança e não tem conotações negativas. Acontece que os produtos oferecidos pela indústria química para o combate de pragas e moléstias das plantas, com raríssimas exceções, são biocidas. [...] Agrônomos conscientes lançaram a palavra “agrotóxicos” para designar os biocidas da agroquímica. (Lutzenberger, p. 57; 58).

sua utilização requer educação, o que pode levar a uma situação-problema quando o produtor rural não tem a capacitação necessária para entender a bula que direciona ao manejo correto do produto. Dessa forma, o uso de herbicidas e defensivos pode se tornar um risco, ao equilíbrio ecológico do ecossistema local, à saúde do agricultor e do consumidor final.

Uma solução considerada é visualizada na aproximação técnica com o governo, dentro de uma política de responsabilidade em busca de uma produção competitiva no mercado uma vez que esse mesmo mercado tem pressionado os produtores por uma agricultura mais orgânica.

A parceria com a Embrapa ajuda aos agricultores compreenderem a importância de correto manuseio e aplicação dos defensivos como defesa contra as pragas, dentro de um processo de normalidade que não comprometa a saúde de quem vai consumir seus produtos. O IDAM desenvolve um trabalho que ainda é insuficiente para os muitos produtores da comunidade. O corpo técnico é pequeno o que requer maior aproximação, para que se continue produzindo sem que seja necessário envenenar alguém.

Como já foi dito anteriormente, a cooperativa hoje teria dificuldades em expandir o espaço de sua lavoura, pois todos os espaços já estão ocupados, mas é certo que a ASCOPE pensa em aumentar sua produção. Contrariando a teoria do espaço vital de F. Ratzel de que as demandas da população deveriam ser acompanhadas da expansão do território, Santos (2006, p. 40) analisa que “o desenvolvimento técnico-científico aumenta a oferta e a funcionalidade dos objetos. A técnica aperfeiçoa o objeto permitindo ao homem um comando mais eficaz sobre ele”.

Na preparação do roçado, utiliza-se a técnica química com a aplicação de defensivos e a orgânica onde se adota práticas como a do consórcio. O custo da adubação química é alto, mas potencializa a produção, e o acesso a essa modernidade tem sido feito com a ajuda de parceiros institucionais. A aração vai multiplicar a quantidade de mudas por hectare.

2.2 PONTOS DE DISTRIBUIÇÃO

Crescer, aumentar a produção, expandir são palavras de ordem presentes no pensamento e nas ações da ASCOPE com vistas ao fortalecimento do grupo. No passado, quando dependiam do atravessador para comercializar seus produtos, grande parcela da renda extraída era retida por esses sujeitos, mas hoje a cooperativa detém uma estrutura e uma logística que lhe permite eliminar o intermediário e comercializar sua produção diretamente com o comprador.

O pensamento sempre para o alto fez ver aos cooperados que um único ponto de venda – a feira da Manaus Moderna - já não era mais suficiente e, portanto novos pontos (ver fig. 14) de distribuição foram buscados. A produção da ASCOPE hoje é multidirecionada, sendo parte dela voltada ao Programa da Merenda Escolar numa parceria com o Estado e Prefeitura e a outra parte voltada para o comércio informal na Feira da Manaus Moderna, Frigorífico Vitello e Feira do CIGS.

Quadro 2 - ESPAÇO DE COMERCIALIZAÇÃO INFORMAL DO ABACAXI

FEIRA	QUANT/UNIDADE	PERÍODO
MANAUS MODERNA	150 (por produtor)	Diário
CIGS	800	Quinzenal
VITELLO	250	Semanal

Fonte: ASCOPE.
Organização: Maria Lucimar da Silva, 2010.

2.2.1 Feira da Manaus Moderna

Localizada no centro da cidade, a feira da Manaus Moderna é um dos mais significativos pontos de referência histórico-comercial não somente para Manaus, mas para todo o Amazonas. É um espaço antigo de abastecimento de gêneros

alimentícios e circulação da pequena produção rural do Estado do Amazonas como observa Silva (2010):

Na década de 1960 (1967) a consolidação da Zona Franca de Manaus, trouxe mudanças enormes para a cidade como o inchaço populacional e a “necessidade” de reorganização de sua espacialidade, o que vai ocorrendo paulatinamente ao longo das décadas seguintes, trazendo conseqüentemente mudanças nos modos de viver das pessoas e, a área da Manaus Moderna (que ainda se denominava Porto da escadaria dos Remédios) vista como porta de entrada da cidade, sofreu muitas intervenções para que se adequasse à nova lógica que se impunha, isso trouxe transformações fundamentais para os modos de viver na cidade de Manaus.

A feira da Manaus Moderna (ver fig. 18), na ausência da CEASA, é o centro fornecedor do mercado Adolfo Lisboa. Comercializa grande variedade de frutas, hortifrutigranjeiros, cereais e pescado e é abastecida em larga escala por estados das regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste além de municípios do Estado do Amazonas e áreas do entorno de Manaus como o bairro Novo Israel e a comunidade japonesa. Estes são transportados via fluvial ou terrestre como é o caso dos produtos comercializados pela ASCOPE.

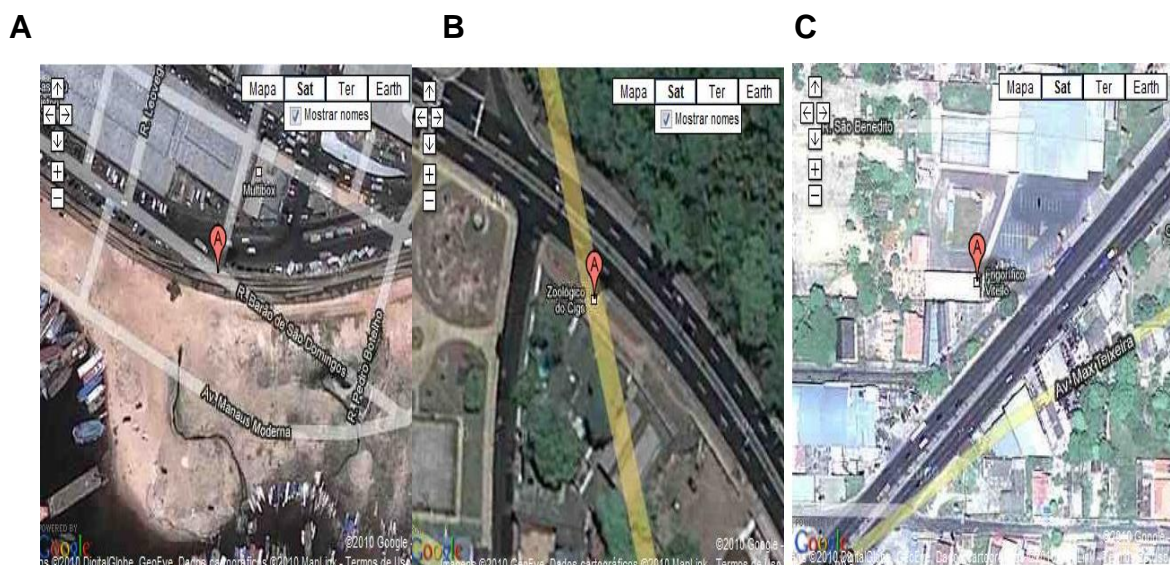


Figura18 – Ponto de Comercialização: A) Feira da Manaus Moderna; B) Feira do Cigs; C) Feira do Vitello.

Fonte: Google.

O deslocamento desses produtores às áreas de feira-livre frente às dificuldades de transporte se dá de forma restrita, uma vez que sua permanência em Manaus, não pode ser estendida por um tempo mais longo o que significaria uma ausência prolongada de sua área de produção. Essa é uma questão não vivida pelos cooperativados da ASCOPE, que apresenta uma logística para o transporte diário de seus produtos sem que haja interferência no desenvolvimento das tarefas no roçado.

Segundo o seu Antônio Bezerra, um permissionário da feira que veio para o Amazonas ainda na época da borracha, a variabilidade é uma característica do comércio na Manaus Moderna. No passado, essa atividade ocorria de forma improvisada, dentro de canoas, e hoje os feirantes se organizam em boxes onde comercializam principalmente frutas e verduras por vezes adquiridos do atravessador e outras, direto do produtor como é o caso do abacaxi da ASCOPE.

Grande parcela das verduras, hortaliça, legumes e do queijo comercializados vêm do município do Careiro. O abacaxi em particular é predominante dos cooperativados da ASCOPE.

A tabela de preço dos feirantes varia de acordo com a lei da oferta e da procura e está relacionada ao período de safra e entressafra dos produtos. Em período de safra, quando a oferta é maior, os preços tendem a baixar e nesse caso um diferencial a mais no preço vai estar ligado à qualidade do produto. De acordo com dirigentes da cooperativa, a ASCOPE oferece produtos de boa qualidade e que têm sido referência para “puxar” um melhor preço para o abacaxi que distribui na Manaus Moderna.

Também no interior da feira os permissionários vivem o problema da dependência ao atravessador assim como muitos produtores rurais. Já houve tentativas de se organizarem em cooperativas, mas que sucumbiram frente à desorganização dos feirantes. Todos vendem o mesmo produto o que gera

competição e desunião entre eles, enfatiza o Sr. Fábio Soares, para quem a cooperativa seria uma saída que possibilitaria a concorrência com os supermercados.

2.2.2. Feira de produtos regionais do Centro de Instrução de Guerra na Selva – CIGS

A feira do CIGS, localizada no bairro de São Jorge, zona oeste de Manaus, tem início no ano de 2008 e funciona com o objetivo de criar um espaço para a realização de bons negócios em parceria com o CIGS, o IDAM, a SEPROR, o SEBRAE e ADS que é a secretaria responsável pela organização do evento.

Localizada na quadra poliesportiva do CIGS, o projeto é uma iniciativa militar com vistas a inclusão de produtos regionais no cardápio das organizações militares do Exército brasileiro sediadas em Manaus, e a comercialização desses produtos junto a população local eliminando a figura dos atravessadores – possibilitando maior apropriação de renda por parte do pequeno produtor familiar - e estimulando, dessa forma, uma maior inserção dos produtos da agricultura regional no mercado de Manaus.

A presença da ASCOPE – com o abacaxi *in natura* - na feira vem desde a sua origem e na percepção de seus gestores, a feira do CIGS é uma ideia que deu certo apesar de o espaço ser extremamente disputado entre os produtores regionais e locais.

Os dados de 2010 indicam um montante de mil abacaxis comercializados quinzenalmente na feira do CIGS a um preço abaixo do que é comercializado na Manaus Moderna, e de acordo com Nazira da Silva Mendonça, secretária da cooperativa, “a venda só não é maior, porque o espaço da feira está dividido em cotas o que deixa o espaço exíguo para os comerciantes”. A parceria com a ADS deu visibilidade à cooperativa – elemento importante à sua inserção na feira e também no Programa de Regionalização da Merenda Escolar, do Governo do Estado.

2.2.3 Programa de regionalização da merenda escolar

Como fornecedores de merenda escolar para o Estado, desde o início do programa e hoje, também para o município, a ASCOPE tem como maiores compradores dos produtos da cooperativa, a Secretaria de Educação e Cultura – SEDUC – e a Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

A parceria com a SEDUC existe há quatro anos e envolve um abastecimento de quarenta toneladas/ano para atender ao programa de merenda escolar do Estado. Pagamento no ato da entrega faz dessa parceria uma união de sucesso para a cooperativa. A parceria com a SEMED teve início em 2009 e juntos os dois órgãos – SEMED e SEDUC - consomem além do abacaxi e do cupuaçu, outras frutas compradas pela cooperativa de agricultores não cooperados.

2.2.4 Frigorífico Vitello

O governo do Amazonas através da ADS pensou no espaço do Frigorífico Vitello como mais uma opção de comercialização para o pequeno produtor familiar do Estado. Funcionando todos os sábados a partir das 07h, na Av. Max Teixeira, estrada da Cidade Nova I, zona norte, a feira busca se tornar um espaço alternativo de comercialização com vistas a eliminar o atravessador e estabelecer uma relação direta entre produtor e consumidor.

Para ocupar um espaço na feira os produtores regionais têm que realizar um cadastro. Originários de municípios do entorno de Manaus como Itacoatiara, Presidente Figueiredo, Careiro Castanho, Manacapuru e Iranduba, esses produtores semanalmente se dirigem a Manaus para comercializar sua produção de frutas e verduras.

Para a ASCOPE, a feira do Vitello funciona como uma vitrine de propaganda grátis aos seus produtos. Esse espaço de exposição tem divulgado o abacaxi da cooperativa para o mercado de Manaus e mesmo enfrentando concorrência com os

produtos de outras comunidades, a cooperativa é contundente em afirmar que seu produto tem maior aceitação no mercado, porque apresenta melhor qualidade.

2.3 AS MULHERES DO SAGRADO

Qual o papel das mulheres na cooperativa? O trabalho delas na lavoura tende a desaparecer? Qual a sua participação na economia da Vila, hoje? Essas são preocupações observadas pelos gestores da cooperativa. Entendia-se desde o princípio, que a permanência das esposas em casa, era a força que o agricultor precisava para desenvolver o seu trabalho com tranquilidade.

Ao prosperarem, alguns produtores reforçaram essa forma de pensar e suas mulheres começaram a passar mais tempo em casa que na roça. Mas alguma coisa se rompeu nessa relação e foi transformando economicamente a agricultura e afastando as mulheres da roça, do trabalho árduo da lavoura. As esposas, hoje, como observa uma liderança da agroindústria, E.S.:

Estão de unhas pintadas, [...] mais grã-finas, a evolução, o desenvolvimento da economia fez com que [...] deixássemos elas mais na sombra e por esse lado, por esse avanço a gente sente que teremos problemas, amanhã porque isso vai distanciar da atividade. Eu digo tai uma coisa que a gente tem que pensar o que tem que fazer para que amanhã nossas filhas não vão querer trabalhar mais com trabalhador rural.

Na medida em que o produtor prospera, ele busca oferecer maior conforto à sua família, o que pode significar para as esposas e filhos um distanciamento das tarefas no roçado. O que está em discussão é a questão do apego à terra e de como as mulheres estão perdendo o hábito de lidar com ela. Plantar feijão, mandioca, batata, fazer farinha, um canteiro de cebola no quintal... Tudo isso parece se perder no tempo. O acesso a algumas modernidades faz ver às mulheres, o peso doloroso do trabalho na roça, gerando uma preocupação entre os gestores da cooperativa acerca das mudanças que esse novo perfil feminino pode ocasionar nas relações de trabalho local.

Em maio de 2006 – cansadas do trabalho na roça - um grupo de cinquenta mulheres formado por esposas de cooperados e não cooperados da ASCOPE criou o Grupo de Mulheres em Ação da Comunidade do Paraná da Eva-GRUMASCOPE (ver fig. 19). Inicialmente, produziam artesanato utilizando como matéria-prima a casca do cupuaçu. Quatro anos depois, segundo dona Cleonice – membro do grupo desde o início da formação – o grupo se resume a vinte e duas pessoas.



Figura 19 - GRUMASCOPE.

Fonte: Waldelice Sousa, 2010.

Em parceria com o SEBRAE, o grupo já participou de diversos cursos de formação profissional tais como bordado, biscuit, pintura, culinária, produção de papel vegetal a partir da folha do abacaxi etc. A presença do SEBRAE acontece de acordo com a demanda do grupo, que recentemente solicitou o curso de formação associativista buscando a institucionalização do mesmo. A festa do abacaxi, em Novo Remanso, tem sido um ponto de exposição dos produtos do GRUMASCOPE.

Algumas desistiram um ano ou dois após a formação do grupo – foi o caso de dona Maria das Graças – que ainda hoje mora no Lago do Engenho. Ela justifica a saída do grupo dizendo:

Eu já tô velha, sair de casa, subir o barranco, às vezes eu caía, machucava as mãos. Passava o dia no grupo e quando chegava em casa ainda tinha as coisas pra fazer. Eu me cansava muito. O lugar onde o grupo se reunia era pequeno e aquele falatório o dia todo me aperreava.

O aprimoramento do produto (ver fig. 20) dessas mulheres por sua característica ecológica tem abertura no mercado e já é pensamento da ASCOPE inseri-las como gestoras da produção de doces.



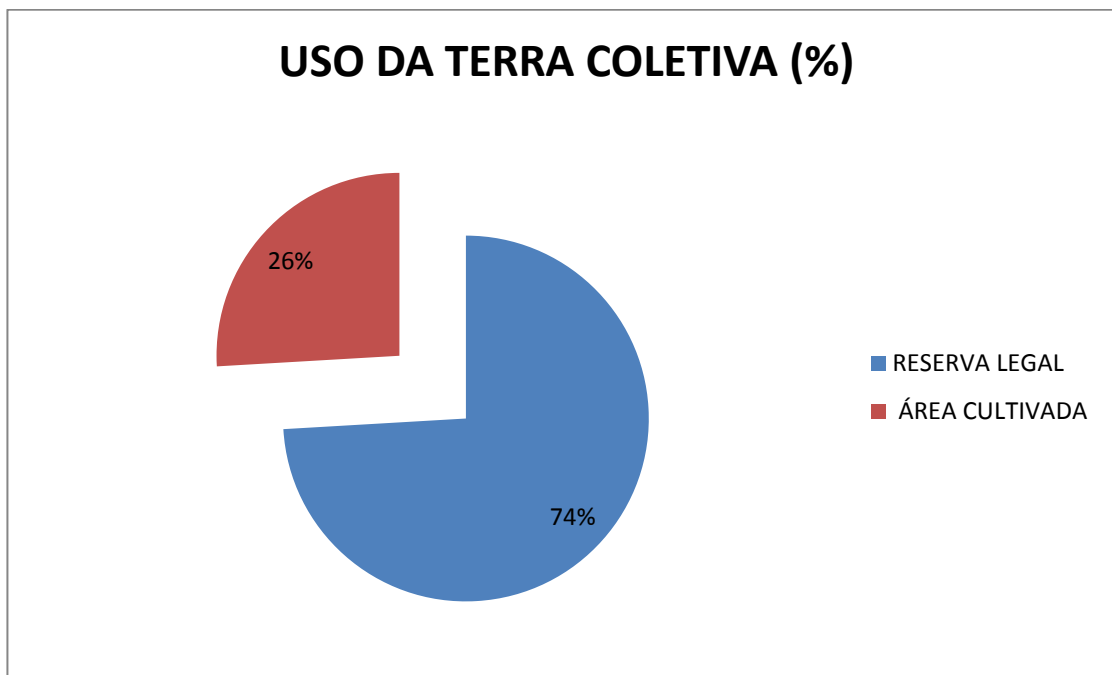
Figura 20 - Trabalho artesão do GRUMASCOPE.

Fonte: Waldelice Sousa, 2010.

2.4 O ESPAÇO DA PRODUÇÃO – DE QUEM É A TERRA?

Os produtores da ASCOPE ocupam uma área de 140 hectares – legalizada e com título definitivo - localizados dentro da comunidade dos quais apenas 28 hectares podem ser explorados. Em defesa das florestas nativas, a Lei nº 4.771/1965 em seu Art. 16, inciso I, limita o uso dessas áreas a “oitenta por cento, na propriedade rural situada em área de floresta localizada na Amazônia Legal” (BRASIL, 2008). A abertura inicial de 25 hectares foi ampliada em razão da expansão do número de cooperados.

Gráfico-2



Fonte: ASCOPE/2010
Organização: Maria Lucimar da Silva, 2010.

Retomando uma questão vista anteriormente, se não há limite máximo para a inserção de novos cooperados, como fazer para respeitar a lei que limita o uso da terra em 28 hectares apenas? A saída é a utilização de um sistema de rodízio onde o produtor, após a colheita, quando o terreno cultivado se transformou numa capoeira, poderá ser utilizado por outro produtor cooperado.

Inicialmente, a cooperativa preparou 25 hectares. O agricultor cooperado recebeu o seu hectare preparado mediante o pagamento de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) pelo preparo da terra e infraestrutura, oferecida pela cooperativa, tal como a abertura do ramal. A quantia cobrada será deduzida do que o agricultor produzir em cada safra.

Para o produtor repetir o processo poderá ser vantajoso, pois o custo inicial de R\$ 2.500,00 será reduzido no ano seguinte para menos de 50%. O terreno já não está mais tão “brabo”, não será necessária nova aplicação de calcário, pois esta se dará em intervalos de dois a três anos, e parte do trabalho de limpar, arar, destocar e arrumar já foi feito deixando tudo mais fácil e com um prazo de pagamento facilitado e com zero de juros. Há períodos, porém, em que dificuldades financeiras não permitem ao cooperado fazer uma plantação própria, mas de alguma forma todos estarão inseridos no processo.

A prática do rodízio facilita a inserção produtiva dos cooperados, tendo em vista que não se faz necessário o envolvimento concomitante de todos com os trabalhos da roça. Existem aqueles que cultivam o abacaxi, enquanto outros estão voltados para o cupuaçu ou ainda à pecuária bovina. A multidiversificação permite ao produtor se adaptar melhor à mutabilidade da natureza amazônica com suas cheias e vazantes e aos ciclos naturais de cada cultivo. O abacaxi, por exemplo, pode ser colhido o ano inteiro, enquanto o cupuaçu oferece uma única colheita ao ano. Para a liderança da cooperativa, esse sistema é funcional, pois facilita a fiscalização e os cuidados com a lavoura.

Quando ocorre do cooperado estar produzindo a um só tempo em seu lote individual e também no coletivo, e a produção deste último tardar um pouco, a cooperativa aguardará sua produção, no coletivo, para que não haja nenhuma interferência no processo. Ainda assim o cooperado não está preso a esse processo, podendo desvincular-se a qualquer momento, porém sem direito a nenhum processo indenizatório. Ele usa o que é dele para plantar, mas se não a

está mais usando, então não lhe pertence mais e a terra será passada para outra pessoa que dará continuidade ao processo.

Expandir a área ocupada é uma meta da ASCOPE que almeja maior inserção de seus produtos no mercado, mas tal intento não parece fácil. Santos (1984, p. 137; 138) analisa a questão da propriedade privada da terra para o camponês como:

[...] O fator que permite o sustento ao camponês e família [...] ressaltando uma vez mais a oposição à não-propriedade, já que a propriedade privada da terra é condição para que apareça como produtor de mercadorias, cuja venda deveria, ao menos supostamente, trazer o sustento da família. [...] Em consequência, a propriedade privada da terra surge para o camponês como possibilidade do controle do processo do trabalho, como conjugação dos elementos da produção – objeto, meios e força de trabalho. Não existindo como produtor separado das condições de produção [...].

A propriedade da terra, no entanto não caracteriza o produtor familiar como capitalista, pois sua relação com ela não está fundamentada na busca por mais-valia. A esse respeito Tiriba (2001, p. 119) reforça:

Sob a forma de cooperativas, grupos de produção, centros comunitários, associações etc., legalizados ou não, é necessário distinguir as OEPs das pequenas microempresas convencionais, pois aquelas não se caracterizam pelo investimento de capitais com o objetivo de sua máxima rentabilidade, mas, fundamentalmente, pelo investimento da força de trabalho. [...] Trata-se de organizações compostas por trabalhadores pertencentes aos setores populares nas quais, desaparecendo as relações empregador-empregado, desaparece também o trabalho assalariado como forma de valorização do capital.

Na aquisição da área coletiva da ASCOPE, existia uma oferta e o grupo tinha o dinheiro em mãos. Hoje, quem possui terra na Vila não pensa em se dispor dela. Fortaleceram-se os laços de pertença com o lugar.

Mas e os lotes individuais? Eles não desviam atenção do coletivo colocando o processo em desequilíbrio? A princípio parece que não. O abacaxi, por exemplo, provoca um estímulo por ter mercado e não ser um cultivo sazonal. A cooperativa

hoje, de acordo com suas lideranças, é o termômetro do preço do abacaxi no mercado.

2.4.1 A cooperativa e os lotes individuais.

A ASCOPE não absorve toda a população do Sagrado de maneira que muitos moradores da comunidade não tinham um terreno seu para cultivar, surgindo assim a ideia dos lotes individuais. Através dos mais velhos da Vila, foi tomado conhecimento de uma terra situada fora dessa área, maior, já legalizada e foi então que os moradores, cooperados e não cooperados buscaram fazer parte dela, mesmo porque a terra, no interior da comunidade, já estava extremamente dividida.

Com o foco voltado para a cooperativa e o Sagrado, a ideia era atender aos anseios de cada família por um lote de terra, onde pudesse morar, produzir e prosperar. Os cooperados contrataram um mateiro com o intuito de pesquisar o local mais adequado à construção do ramal que iria conectar a cooperativa e a Vila a Manaus por via terrestre. Essa estrutura viria alterar a logística de circulação dos produtos da cooperativa até então dependente unicamente do rio.

Informações colhidas junto ao INCRA davam conta da existência de uma área de terras públicas e a comunidade então se uniu à associação – ainda não havia a cooperativa na época – que já tinha um recurso próprio e financiou para a comunidade o trabalho de pique. A prefeitura de Itacoatiara forneceu o trator para abrir o ramal e a comunidade se encarregou de lotear a área às suas margens. O INCRA contribuiu com a demarcação desses lotes, cuja extensão é de 11 hectares, que ficaram fora da área coletiva ocupada pela ASCOPE.

Pelo fato da terra ser da União, a ocupação a princípio se deu pela posse. Posteriormente, o INCRA foi liberando os títulos definitivos. Inicialmente foram seis títulos e os outros estão em processo. A seleção dos produtores não tinha foco nos cooperados, mas estava voltada à comunidade em que a cooperativa se encontra e, por essa razão, são poucos os cooperados que empossaram esses lotes individuais, até porque a maioria deles já tinha um lote de terra e a vez agora era para as pessoas que não tinham “um palmo de chão” para produzir.

Inicialmente, esses lotes foram empossados por vinte e nove famílias escolhidas dentre aquelas que ainda não tinham lote dentro da área coletiva. A parte que corresponde ao Sagrado, hoje, está quase toda legalizada junto ao INCRA e escriturada em cartório. Essa foi uma das grandes realizações da comunidade, inteirada em empossar as pessoas dentro da comunidade.

Mas, conforme relato de moradores, nem tudo ocorreu como o esperado. A notícia dos lotes se espalhou e atraiu oportunistas de outras áreas em busca de terra para especular. É o que afirma uma liderança da cooperativa:

Teve áreas de faixa de terra pequena que estava nos fundos aqui do lote, a gente deixou que esses ficassem exatamente pros que eram da frente pra não interferir na questão das pessoas e isso teve gente que colocou o cara lá num pedaço bem pequenininho, mas ele adequou ali uma família, outros se beneficiaram por a gente pensar assim e saíram especulando um pouco [...] e quando uns queriam ir pra lá a gente... Não, isso ai já não é mais questão da gente [...].
(Edsomar S.M.)

A pequena propriedade rural é entendida, de acordo com a Lei nº 4.771/1965, parágrafo 2, inciso I como sendo:

Aquela explorada mediante o trabalho pessoal do proprietário ou posseiro e de sua família, admitida a ajuda eventual de terceiro e cuja renda bruta seja proveniente, no mínimo, em oitenta por cento, de atividade agroflorestral ou do extrativismo, cuja área não supere cento e cinquenta hectares se localizada nos Estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso e nas regiões situadas ao norte do paralelo 13º S, dos Estados de Tocantins e Goiás, e a oeste do meridiano de 44º W, do Estado do Maranhão ou no Pantanal mato-grossense ou sul-mato-grossense (BRASIL, 2008).

O conceito de produção familiar e a natureza da organização cooperativista ajudam a entender as ações da ASCOPE em defesa de seus cooperados. Parte da produção dos lotes individuais é absorvida pela cooperativa, mas apenas quando seus associados não conseguem cumprir com a demanda exigida pelo mercado.

Essa é uma ação não entendida e não aceita por alguns produtores não associados que veem nessa ação um protecionismo exacerbado.

2.4.2 Relações de trabalho e produção – O individual no coletivo.

A mão-de-obra utilizada no roçado é a do cooperado. É ele quem cultiva e cuida, mas é comum entre os produtores a contratação de diaristas o que garante emprego – praticamente o ano todo - aos que não têm terra. No início do processo associativista, a presença do diarista era uma carga negativa para o agricultor e a comunidade. Essa situação gerou um questionamento local: todo trabalhador da roça é produtor rural?

Quando o morador rural se submete a uma jornada de trabalho diária e exclusiva e que não lhe permite chegar a casa antes das dezoito horas, não lhe restando tempo para cuidar e visitar o seu quintal nenhuma vez ao dia, a este denominamos diarista. Para o pequeno produtor, esse tipo jamais passaria da casinha de palha ou sequer teria uma casa, a sua renda não lhe permitiria nada mais além do básico como o café e o açúcar. Como tirar o diarista dessa situação?

O pensamento comunitário desenvolveu a ideia do mutirão solidário, com vistas a retirar o indivíduo da situação de diarista. O agricultor argumenta que não tem terra e a comunidade resolve o problema “arrumando” daquele que tem um pouco a mais. Resolvida a questão do acesso à terra, a comunidade combina reunir e no dia marcado, o dono do terreno oferece o almoço em troca do trabalho gratuito da comunidade na arrumação da área de cultivo.

A situação hoje se inverte e o trabalho de diarista é um atrativo para aquele que busca fugir das responsabilidades e fadiga da lida diária, no próprio roçado, e a comunidade começa a se questionar: o que fazer com essas pessoas que estão se movendo para a região?

Há uma forte demanda e valorização da mão-de-obra diarista e com um salário semanal em torno de 100 a 150 reais, o trabalhador se acomoda e passa a rejeitar a ideia da terra própria, pois como empregado ele dispõe de maior tempo livre. Há muitos deles que já têm acesso a modernidades como a geladeira, a televisão. O seu dia de trabalho encerra entre três e quatro horas da tarde e daí até umas dez horas da noite, ele se dedica ao lazer, e não trabalha aos sábados e domingos. Os solteiros comungam do mesmo pensamento.

Alguns moram sozinhos em casa de aluguel, outros têm casa própria e há aqueles que não querem casar. Como isso irá refletir mais tarde na comunidade não se imagina, mas já se observa uma pressão demográfica na área, o que levou ao aparecimento dos lotes individuais do outro lado da Vila. A mão-de-obra bem paga associada à presença de uma infraestrutura urbana de água, escola, luz 24 horas tem sido fatores de atração.

Mas o progresso da família não depende unicamente do homem. De alguma forma a mulher vai estar inserida no processo, seja trabalhando na agroindústria, no roçado ou desenvolvendo outras atividades inseridas no setor terciário. O agricultor que está plantando maracujá recruta, por sua delicadeza, mão-de-obra estritamente feminina – moças e senhoras que se dispõem ao trabalho. O cultivo do maracujá tem contribuído para um aumento na oferta de trabalho para a mão-de-obra feminina.

Esse cultivar em particular é polinizado naturalmente pelo Morangaba – besouro da polinização – e que não é encontrado na região, gerando a necessidade do trabalho manual. A saída encontrada para a polinização artificial das flores foi o emprego da mão-de-obra feminina delicada e disciplinada, que hoje soma um total de vinte e duas mulheres trabalhando com uma eficiência de cem por cento.

A intensificação do trabalho de diaristas pode, em médio prazo, vir a desestruturar o processo produtivo. O Professor Cláudio Portilho, que foi um estudioso da comunidade, receava um aumento do fluxo populacional em direção à

Vila, o que poderia eliminar o sentido de cooperativa, de comunidade que a caracteriza, revelando uma liderança da cooperativa que não vê fundamentação nesse medo, pois prevalece a vida em comunidade, a relação de parentesco e o usufruto dos recursos e da produção, além do que todos os lotes têm título definitivo. Mas como resolver a situação impedindo que ela se torne um problema, no futuro?

Não há uma lei que proíba o acesso à área da Vila, mas a comunidade conversa entre si sobre o que é melhor para o grupo. O sentimento de coletividade prevalece permitindo um entendimento entre os comunitários quanto a questões relacionadas à manutenção do equilíbrio socioeconômico. Pessoas que chegam à Vila e que adotam comportamento que não condiz com o padrão local se tiverem familiares na vila eles serão chamados a conversa e aconselhados a mandarem a pessoa embora, ou então o indivíduo assina um compromisso com a comunidade e em caso de quebra de acordo, será encaminhado ao posto policial que atende à vila.

De certa forma, isso permitiu um controle sobre essas entradas. A geografia do lugar favorece a sua utilização como esconderijo, atraindo pessoas com diferentes interesses. Isso é muito comum nas agrovilas próximas da capital. Algumas dessas pessoas, porém são antigos moradores da vila, aposentados, que haviam se mudado para Manaus e com a implantação do PROSAMIM foram remanejadas para outras áreas da cidade, mas algumas delas optaram por voltar à vila onde têm construído suas casas e se admiram das mudanças estruturais que encontram. Há aqueles que não se enquadram, não conseguem vender sua mão-de-obra e dessa maneira são forçados a voltar, mas há uma consciência de que esse “paraíso” está ameaçado pela intensificação do afluxo populacional

Desde o princípio da ideia associativista, o pensamento era desenvolver uma fórmula que fosse eliminando, paulatinamente, as disparidades econômicas na comunidade. O ideal como cooperativa de lavradores seria oferecer a todos um equilíbrio econômico e no entendimento de seus gestores, essa é uma ideia que não poderia perecer, pois daria margem ao êxodo, o que colocaria em risco a continuidade da cooperativa.

Os cooperados da ASCOPE defendem, atualmente, uma produção mais voltada ao mercado formal, através dos contratos. Durante o período da associação, toda a produção – que era mínima – se originava entre os associados e um único barco levava toda a produção desses agricultores para Manaus. Atualmente, há produtor que consegue carregar dois caminhões diariamente.

Os contratos vão requerer diferentes estratégias do grupo para honrá-los. A parceria com a CONAB, que é um órgão federal, requer o credenciamento dos agricultores e uma distribuição igualitária da produção individual. Em relação a outras parcerias como aquela feita com o Estado e a Prefeitura no projeto da Merenda Escolar, a cooperativa tem a responsabilidade de assumir o contrato com a entidade e, nesse caso, ainda que a produção do grupo não atenda à demanda, honra-se o contrato comprando de produtores locais não cooperados, sejam eles moradores do Sagrado ou de outras comunidades adjacentes como a do Jacaré a Amatari. Em uma situação em que todos os cooperados têm o produto, faz-se uma divisão em cotas iguais para cada um, mas se apenas um tem o produto, é dele que vai. Há um esforço, no entanto para que haja um equilíbrio de quantidade.

Para o mercado informal – as feiras – observa-se outra forma de organização. Individualmente ou em equipe, formam-se grupos para realizar a venda do produto nas feiras de Manaus, estabelecendo uma relação entre feirante e produtor por vezes conflituosa. As lideranças, quando necessário, arbitram tais situações, pois entendem a relação de dependência que existe entre os envolvidos. Essa é uma ideia compartilhada pelo Governo do Estado, que enfatiza a necessidade do entendimento entre os agentes da produção e circulação.

A resolução de conflitos não beneficia apenas aos cooperados da ASCOPE, mas por extensão, a todos os produtores da região. Um acordo firmado entre feirante e produtor determina uma quantidade mínima de cinquenta frutos na negociação de compra/venda. Quem comercializa abaixo desse número infringe um acordo feito entre feirante e produtor. Mas a situação não é bem aceita por todos na cooperativa. Há quem pense que a cooperativa não deveria ceder tanto e o contra-

argumento é de que a busca é por espaços de comercialização melhores e exclusivos para os cooperados. O comércio formalizado alimenta a cooperativa e a mantém economicamente, o comércio informal com a venda dos produtos *in natura* é um apoio.

Nesse comércio informal, segundo fala dos cooperados, os produtores organizados – cooperados ou não – estão submetidos aos mesmos critérios e formas de negociação. Diariamente, carrega-se o caminhão com a mercadoria de três ou quatro produtores ou ainda quando ocorre de sua mercadoria estar em grande quantidade, ele mesmo a leva e faz a venda. Na Manaus Moderna o comércio é em espécie, o que torna a transação positiva para o produtor, pois a eliminação da prática do “fiado” descarta o risco do calote. Ainda assim, como afirmam algumas lideranças, há os que ainda vendem na base da confiança:

Há clientes sobre quem os camaradas dizem assim: Ah! Esse cara eu posso entregar que já se conhece há vinte, trinta anos, mas [...] isso aí não é com todos [...] o certo é ele ir lá vender à vista. Se ele vender a crédito ele não vai pagar o produtor aqui e também tanto os da cooperativa como os produtores não cooperativados que trabalham no mesmo ramo, na mesma área, eles têm o seguinte critério que nasceu em 1987: de levar a fruta do camarada e quando chegar pagar o produtor. O produtor já tá sabendo disso.

No que concerne a valores, não há uma tabela, são feitos acordos. Quando o transportador cobra valores considerados exorbitantes, ele fica no “jornal de palavra”, que na linguagem local significa que não está fazendo o negócio direito e por essa razão irá sofrer um descarte de confiança. Na época do regatão, as distâncias e dificuldades de comunicação contribuíam para o enriquecimento do transportador, mas hoje a troca de informações entre o feirante da Manaus Moderna e produtor inibe tentativas de fraude no transporte.

Os caminhões-baú utilizados para o transporte pertencem à cooperativa ou a agricultores não cooperados, que cobram em média seiscentos reais pelo frete. O acordado entre produtor e transportador é que o primeiro receberá o valor integral de sua carga, independente de possíveis avarias que o produto possa sofrer no percurso, pois se entende que estas, quando ocorrem, são de responsabilidade do

transportador que não manuseou o produto como deveria. E mesmo que toda a transação se dê na base do “contrato de bigode¹⁵” ele tem o compromisso de entregar o dinheiro ao produtor (ver fig. 21).



Figura 21 - Carregamento de abacaxi no caminhão-bau.

Fonte: Waldelice Sousa, 2010.

A forma como se estabelece o preço do frete tem por objetivo frear as fraudes no processo. Determina-se um valor para que tal ação não aconteça e assim não se admite:

Entregar 500 frutos ou 300, como a minha mãe passou um dia arrancando batata, vendeu pro cara e chegou na hora ele disse que a batata dela tinham roubado do motor. Aí não tinha nada a ver, ele tinha que pagar a batata e não dizer que tinham roubado e se ele vendeu e não pagou até hoje a gente tá pra saber ou então eu levei 300 mão de milho [...] e o cara “ah não, só deu 200 lá”. Que é isso? Nós conferimos juntos, não tem nada a ver, você vai ter que arcar. (Edsomar S.M.)

Todas as transações se dão apenas na palavra, nenhum papel é assinado, mas tudo fica anotado em caderninhos, os chamados “borrões”. A mercadoria é contada e classificada, antes do embarque, e se o dono não estiver o transportador

¹⁵ Acordo de “cavalheiro” baseado apenas na palavra empenhada.

a recebe em confiança. Cada produtor é um fiel depositário. O produto que ele entrega à cooperativa lhe pertence até o fechamento do balanço anual. É feito um registro de tudo o que entra e ao final de cada ano, deduzidas as despesas, o produtor recebe o que se chama de retorno de sobra e se por alguma razão, o saldo não for positivo, cabe ao produtor ressarcir o que faltou.

Cada produtor dentro da cooperativa é um cotista. Ocorre, porém que a distribuição das sobras não será equivalente à escrituração individual, mas à quantidade de produtos entregue à cooperativa. Pode acontecer de o produtor que tem quatro mil de retorno de sobra optar por integralizar esse valor, podendo utilizá-lo mais tarde, para preencher custos em caso de saldo negativo.

Esse sistema difere de uma empresa comercial onde se avalia pela quantidade de ações. Na Seção de Consumo, o retorno se dá pela compra, mas mantém-se a proporcionalidade dos lucros. Todo valor gasto pelo cooperado, na Seção, é anotado em uma ficha cujo número é o mesmo de sua inscrição na cooperativa.

Como resposta à dinâmica capitalista os cooperados da ASCOPE desenvolveram um processo de produção e distribuição autogeridas buscando construir uma nova maneira de processar a economia baseada no trabalho e renda.

CAPÍTULO 3

3. A AGROINDÚSTRIA E A PRODUÇÃO SECUNDÁRIA – UM CAMINHO PARA A AUTOGESTÃO



Figura 22- Embalagem.

Fonte: Waldelice Souza, 2010.



Figura 23- Agroindústria.

Fonte: Maria Lucimar da Silva, 2010.

3.1 Estrutura organizacional e produtiva

A agroindústria (ver fig. 24) considerada um dos pilares da cooperativa surgiu da vontade e da necessidade de se expandir o mercado para os produtos da cooperativa. Com o incentivo do Estado e tendo como parceiros o IDAM e o SEPROR, a agroindústria entra em funcionamento com a inserção da vila no programa do governo federal “Luz para Todos”.



Figura 24 - Agroindústria ASCOPE.

Fonte: Maria Lucimar da Silva, 2010.

Foi entendimento do grupo que reduzir a distribuição unicamente à área da feira da Panair, limitaria o crescimento e evolução da ASCOPE e, a partir dessa ideia, tem início a transformação local dos produtos da cooperativa.

No início do processo associativista, o trabalho era realizado de forma artesanal utilizando mão de obra feminina – as mulheres dos cooperados - para o descaroçamento do cupuaçu. O local de trabalho era a casa das mulheres e sua ferramenta era a tesoura caracterizando um trabalho penoso, desenvolvido sob condições precárias, inclusive de armazenagem, pois a polpa era acondicionada em caixas de isopor. Posteriormente, a parceria com o IDAM possibilitou o acesso da cooperativa a uma despoldadora que foi instalada no flutuante onde fica a Sessão de Consumo, e esse sistema de recepção de frutas perdurou por aproximadamente três anos.

Quando se faz referência ao *agrobusiness*, a pergunta é como as comunidades rurais vão enfrentar a dominação do agronegócio, mas se a referência é a pequena produção familiar, a questão é como eliminar o atravessador. A resposta da ASCOPE a essa questão foi a criação da agroindústria.

Com o programa “Luz Para Todos”, implantado na Vila, em 17 de agosto de 2005, a agroindústria pôde funcionar. Efetivado no governo Lula, o custo da energia é de 0,37 centavos o quilowatt. Sete meses depois, em 17 de março de 2006, acontece o primeiro dia de processamento da agroindústria sob a presidência de Edsomar Soares de Mendonça.

A escolha do gestor da Agroindústria não obedece às regras do estatuto da cooperativa, pois este é um cargo de confiança. O período de vigência do mandato é de dois anos, podendo ser estendido por mais dois, se a assembleia assim o decidir. Após esse período de quatro anos, o gestor se afasta podendo ocupar outros cargos na cooperativa ou ainda retornar a agroindústria em outra gestão.

O processo de escolha dos gestores é uma questão discutida por aqueles que migraram da cooperativa. Há um círculo vicioso que tem mantido no poder – numa espécie de rodízio – as mesmas pessoas, quase sempre da mesma família. Este panorama coloca em questão a prática democrática que deve caracterizar a formação cooperativista.

Sob o aspecto estrutural, a agroindústria funciona em um galpão (ver fig. 25) construído em forma de mutirão.



. Figura 25 - Galpão da agroindústria.

Fonte: Maria Lucimar da Silva, 2009

Considerada pelos cooperados um exemplo de prosperidade a agroindústria há muito deixou para trás a tesoura e o isopor. Atualmente essa tarefa é realizada por máquinas em um imenso galpão construído em alvenaria pelos próprios cooperados, na forma de mutirão.

O maquinário foi doado pelo governo federal através da Suframa. A inserção em um processo de modernidade possibilitou à cooperativa maior autonomia. O cupuaçu oferece uma colheita anual, permitindo ao produtor um semestre de trabalho e outro na inatividade. Com a agroindústria, o cupuaçu é armazenado em grande quantidade e ao longo do ano, principalmente na sua entressafra, trabalha-se com o abacaxi.

Além do maquinário (ver fig. 26) utilizado no processamento das frutas, a agroindústria está equipada com um túnel de congelamento rápido (ver fig. 27).



Figura 26 - Equipamento da agroindústria.

Fonte: Waldelice Souza, 2010.



Figura 27 - Túnel de congelamento da agroindústria.

Fonte: Waldelice Souza, 2010.

O túnel é um equipamento dotado de prateleiras que acondicionam, previamente, a polpa antes que ela seja depositada no frigorífico. As baixíssimas temperaturas, tanto no túnel quanto no frigorífico exigem dos trabalhadores uma disciplina quanto ao uso dos EPIs.

Essa preocupação é também observada no manejo da polpa, no interior da agroindústria. As regras de segurança alimentar são uma exigência da cooperativa e dos centros consumidores formais – o Estado e a Prefeitura. A certificação da qualidade favorece a expansão do mercado e torna importantes as parcerias que têm atuado como um agente de fomento da qualificação através da oferta de cursos de formação como os oferecidos periodicamente, pelo SEBRAE.

A agroindústria conta ainda com um frigorífico (ver fig. 28) com capacidade para algumas toneladas de polpa.



Figura 28 - Frigorífico da ASCOPE.

Fonte: Waldelice Sousa, 2010.

A estrutura para o funcionamento da agroindústria é composta de dois caminhões, sendo um baú utilizado para trabalhos gerais – cuidados pela comunidade e não pela cooperativa – e outro com carroceria, exclusivo da agroindústria.

Não há problema de estocagem, principalmente para o abacaxi que por ser comercializado *in natura* é um produto de rápida circulação, obtendo a preferência do produtor em relação ao cupuaçu que, é um produto mais oneroso, pois requer agregação de valor para ser comercializado.

Diariamente ou de acordo com a demanda, um caminhão é deslocado da Vila com uma carga, principalmente de abacaxi, para ser comercializado na feira da Manaus Moderna, centro de Manaus. A viagem é feita por três cooperados, haja vista o perigo de assalto, situação já ocorrida.

Diferente do que ocorre no regatão¹⁶, onde a mercadoria roubada ou avariada não é paga, o produtor na cooperativa não é penalizado pelo amasso, perda ou roubo da mercadoria. “Se ele entregou trezentos, ele vai receber trezentos”, garante o gestor da cooperativa.

As diferenças entre um homem urbano e um rural estão manifestadas na ideologia, na forma de produzir e comercializar seus produtos. O campo além de produtor de comida é também produtor de valores. Na Feira da Banana, onde os caminhões da ASCOPE descarregam diariamente o seu produto, as reações de comércio são mantidas pela força da palavra, que tem o peso da assinatura no papel. O produto é vendido, mediante pagamento à vista e em moeda corrente, aos feirantes e pequenos comerciantes de bairros de Manaus.

Há uma determinação das lideranças em ampliar a produção e os mercados para a cooperativa e, nesse caso, o objetivo seria atingido pela expansão da área

¹⁶ Tipo de comércio existente na região amazônica desde o século XVIII e realizado em pequenos barcos ou canoas onde o comerciante regateava (pechinchava) preços ao seringueiro (FILHO, 1993).

produtiva ou pela tecnificação conforme discutido no capítulo 1. A primeira opção é menos provável, pois quem é dono de terra no Sagrado não quer negociá-la e a segunda, esbarra na dificuldade de acesso a financiamentos, que exigem a integração, do cooperado em um sistema técnico que permita uma produção integrada¹⁷, ou seja, retirar do solo, mas deixá-lo com vida.

Dos Lavradores em Ação, citados no capítulo 2, à cooperativa, o grupo foi evoluindo e construindo uma história de força e determinação de pequenos produtores, que pensando juntos, optaram por um caminho mais independente, que lhes permitisse maior apropriação de renda sobre o trabalho desenvolvido em sua terra. O rendimento da agroindústria é da cooperativa. O gerente é remunerado, os funcionários são pagos com demanda da tesouraria e o rendimento é coletivo.

A cooperativa recebeu recursos de verba parlamentar estadual para aplicação na agroindústria. A SEPROR, através do secretário Heron Bezerra, também foi um elemento importante para a implantação da agroindústria. Mantém parceria com Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO e Secretaria de Estado da Produção Rural - SEPROR, de quem recebem incentivos na forma de insumos.

A agroindústria hoje é geradora de empregos diretos e indiretos. Nela trabalham até vinte e duas pessoas, dependendo da demanda, mas há ocasiões em que a presença masculina é mínima, podendo estar reduzida a cinco homens apenas. Os funcionários – treinados pelo SEBRAE para ter noções de manipulação - são sempre os mesmos e quando ocorre de chegar um novato, este será alocado numa área que não comprometa a linha de produção. A preferência por mulheres é explicada por sua disciplina em cumprir as regras de segurança, enquanto os homens, ao se familiarizarem com a gerência, passam a descumpri-las.

Bem estruturada, a empresa conta com equipamentos modernos para a produção de polpas, sucos, geleias e doces. Para a produção de geleias e doces, faz-se necessário um melhoramento da polpa e do suco, mas este é um projeto pensado para o futuro, na medida em que os recursos forem chegando.

¹⁷ Sistema agrícola de produção que adota mecanismos de regulação natural visando uma produção mais ecológica.

Existem estudos desenvolvidos pela FUCAPI para a circulação dos produtos da cooperativa no exterior, mas esta é uma ideia em maturação. Essa expansão exige maior disciplina por parte dos produtores para uma produção de qualidade, que possibilite a certificação do produto.

3.2 A agroindústria, os parceiros e os impactos agroecológicos

A construção social do mercado de trabalho está diretamente atrelada às exigências do cliente e é nesse aspecto, que se observa uma fragilidade na política da ASCOPE. Analisando dialeticamente o território como espaço de formas contraditórias das relações sociais, observam-se formas de resistência do Estado nesse jogo de forças. A esse respeito Raffestin (1993) concorda em que:

As “imagens” territoriais revelam as relações de produção e conseqüentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda. Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que “produzem” o território. De fato, o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações (p. 152).

A esse respeito Paulino (2006) reforça:

Ao longo do desenvolvimento das forças produtivas, o poder de barganha dos trabalhadores tem sido inversamente proporcional ao progresso tecnológico [...]. A tecnologia amplia a produtividade intensificando a atuação dos detentores dos meios de produção [...] coordenados por instâncias reguladoras em vários níveis. Aí entra o Estado [...] e a legislação trabalhista (p.107).

Oliveira (2006) já comunga desse pensamento quando adverte que “a ciência e a tecnologia tornaram-se forças produtivas [...], são agentes de acumulação do capital”. [...] O capitalismo adquire novos produtos de acumulação e exploração. É a pós-modernidade pensada por Soja (1993).

[...] A associação definitiva entre a modernização e a sobrevivência do capitalismo é crucial, pois é demasiadamente comum os analistas da modernidade extraírem a mudança social de suas origens sociais nos modos de produção, “encenando” a história em modelagens evolutivas idealizadas [...]. A modernização não é inteiramente produto de alguma lógica determinante intrínseca do capitalismo, nem tampouco é uma idealização desarraigada e inelutável da história (p. 37).

Cabe aqui distinguir a pequena propriedade capitalista da pequena produção familiar. Os cooperativados da ASCOPE são capitalizados porque direcionam sua produção ao mercado, mas o capital resultante dessa ação não é lucro e sim renda haja vista o seu destino coletivo na busca por melhorias na qualidade de vida da comunidade. Não há subordinação nem apropriação da renda da terra, como observa Paulino (2006):

Somente o entendimento do processo de produção como um todo é que permite entender o sentido da monopolização do território pelo capital. [...] A classe camponesa controla, ao mesmo tempo, a força de trabalho e os meios de produção [...]. Os camponeses vendem, no capitalismo, o produto no qual está contido o trabalho da família, enquanto o assalariado tem para vender unicamente a sua força de trabalho (P.108).

A parceria da ASCOPE com o Estado e Prefeitura exige da agroindústria uma preocupação com a qualidade estética e ecológica de seus produtos. São as normas certificadoras impostas por um território que não está na cooperativa e quem não as cumpre não consegue competir no mercado, mas cumprir a exigência estética exige maior uso de agrotóxico. Como observa Silva (1981) “o camponês é o capitalista dele mesmo”.

3.3 A Seção de Consumo – Um exemplo de comércio justo?

O Domínio Amazônico, identificado por seus rios e floresta equatorial densa, historicamente, inseriu o ribeirão numa condição de isolamento que incentivou a presença do regatão no abastecimento das necessidades daquelas localidades mais distantes. A criação da cantina, em 23 de junho de 1996, tinha o objetivo de eliminar a presença desse atravessador na aquisição das mercadorias pelos cooperados.

O comércio da cooperativa (ver fig. 29) está dividido em dois momentos.



Figura 29 – Seção de Consumo.

Fonte: Maria Lucimar da Silva, 2009.

Inicialmente – localizado em um pequeno flutuante no Lago do Engenho, denominava-se cantina e o atendimento se dava em um sistema de balcão, aonde o cliente chegava com a sua lista e esta era despachada por um atendente, utilizando o sistema de crédito ou pagamento à vista, e após a criação da cooperativa, passa a

denominar-se Seção de Consumo, ocorrendo a troca de atendimento no balcão pelo autoatendimento.

Com o aumento da demanda, o flutuante não comportava mais o fluxo de pessoas e mercadorias sendo então trocado por um maior, que tempos depois também não atendia mais à demanda. Outro flutuante foi incorporado ao já existente – este não foi comprado, mas encomendado.

A crescente demanda tornou inviável a permanência no Lago e forçou a decisão da cooperativa em trazer a cantina para a ponta da ilha, em 22 de junho de 1996, ano que ficou marcado por uma grande safra do cupuaçu comemorada com uma grande festa, no dia seguinte à mudança da cantina, que a partir de então passa a se chamar Seção de Consumo.

Funcionando sobre três flutuantes que medem respectivamente 11 x 6m, 10 x 6m e 14m, o espaço dos três abriga o comércio e um depósito para a armazenagem das mercadorias. As relações sociais e de trabalho verificadas reforçam o conceito de Oliveira (1990) de que “relações não capitalistas de produção no campo não podem ser tratadas nos limites estreitos da procura incessante das similitudes entre essas formas de produção e a produção capitalista”.

No início, os outros comerciantes foram descrentes quanto ao sucesso da ação, mas já se vão quatorze anos do empreendimento. Eles também entraram no sistema de 15% e 20% e sua adesão comprova que é possível obter lucro sem que este esteja baseado na superexploração do consumidor. Funcionavam sete dias na semana, mas aos domingos encerrava o expediente mais cedo, porque todos iam à missa.

Atualmente, como afirma o seu Élcio, gerente da Seção, o horário de funcionamento é de segunda a sexta-feira, com folga aos sábados, para novamente abrir no domingo, entre as 18h e 20h, de maneira que os agricultores possam realizar suas compras para a segunda-feira pela manhã. Nem todos ficam felizes com o funcionamento dominical, mas a responsabilidade maior é para com o cooperado.

O abastecimento do comércio é feito semanalmente. A cada oito dias, um barco fretado se dirige a Manaus para fazer as compras que abastecem a Seção. A atividade é totalmente sustentável: o valor do frete é colocado no preço da mercadoria, sendo cobrado taxa de 15% para os cereais e 20% para os demais produtos. A renda da Seção de Consumo paga a conta de energia e o salário dos cinco funcionários. Por uma questão de logística, o abastecimento é feito nos comércios situados na Manaus Moderna. Não é viável à cooperativa comprar nas grandes redes, pois estas não fazem a entrega no barco, o que tornaria o processo oneroso.

Com a troca do sistema de balcão para mercadinho, fez-se necessário aumentar o número de funcionários e organizar uma equipe de trabalho com uma média de quatro funcionários. A administração tinha um caráter familiar resumindo-se ao gerente e sua família.

O critério familiar para as gestões atuais não é mais uma exigência, mas há uma tendência em recrutar mulheres por sua capacidade organizacional. O gerente - pessoa disposta a realizar qualquer atividade até mesmo para ser um exemplo para seus funcionários - escolhe os funcionários e sua gestão se dá por um período de doze meses, podendo em alguns casos haver troca de gestor em um espaço de tempo mais curto. Sua função requer disciplina, organização e muita atenção, pois no balanço anual, a sobra é da cooperativa, mas se a conta for negativa é ele – o gerente – quem vai pagar as perdas.

Não é permitida a reeleição para o cargo de gerente da Seção de Consumo. Ao final da gestão, toda a equipe é trocada assumindo outro grupo e o gerente que sai deverá ficar afastado por no mínimo uma gestão. Objetivando amenizar os impactos dessa mudança, a atual presidência da cooperativa pensa em propor para as próximas gestões trocar apenas a gerência e manter os demais funcionários.

A Seção de Consumo, que hoje é composta de três flutuantes, sendo um para morada e se destina a abrigar o gerente com sua família e funcionários, um para comércio e outro para depósito, não atende somente a cooperados, mas também aos moradores do Sagrado, em geral, e às demais comunidades da vila

A equipe atual conta com cinco funcionários, incluindo o gerente. O comprador, o conferente, o açougueiro e o vigia não se inserem no grupo dos cinco e prestam um serviço exclusivo àquela função. Uma porção maior das mercadorias vem de barco e outra vem por via terrestre, através do Ramal do Engenho. A cooperativa paga o frete do barco.

O comércio (ver fig. 30) vende de tudo um pouco: cereais, ferragens, panelas, louça baladeiras, iogurtes, bijuterias, canos para hidráulica e ainda um cantinho, no final da loja, para venda de roupas.



Figura 30 - Interior da Sessão de Consumo.

Fonte: Maria Lucimar da Silva, 2010.

A Seção é um pedacinho da cidade na Vila e os produtos nas prateleiras indicam uma simbiose do rural com o urbano. O peixe já não é mais o principal alimento e marcas como Nestlé e Coca-Cola dominam o comércio de laticínios e refrigerantes. O cotidiano do Sagrado está impregnado das simbologias urbanas capitalistas.

Diante do exposto parece contraditória a decisão dos cooperados em não vender bebida alcóolica. Tal fato, no entanto, reforça o conteúdo solidário e não capitalista da Seção.

Tabela 2 - Lista de artigos comercializados na sessão de consumo e preço de venda (2009).

PRODUTO	PREÇO SESSÃO DE CONSUMO
Coca-Cola (2 litros)	3,95
Fanta (2 litros)	3,95
Baré (2 litros)	2,94
Água mineral (peq.)	0,86
Picadinho (kg)	2,20
Frango (kg)	3,60
Salsicha (kg)	4,50
Calabresa (kg)	8,30
Charque (kg)	11,27
Beterraba (kg)	3,40

FONTE: ASCOPE-AM (2010).
ORGANIZAÇÃO: MARIA LUCIMAR DA SILVA

Historicamente, na Amazônia, a forte ligação do homem rural com o rio fez com que a sua alimentação estivesse baseada no consumo do peixe. Os dados da tabela 2 são indicadores de uma alteração na base alimentar da Comunidade Sagrado, que tem trocado o peixe por outras carnes e inserido elementos tipicamente urbanos na sua dieta alimentar.

Para a população, o consumo inexpressivo do pescado se dá pela sua escassez, tendo em vista a comunidade estar localizada em área de terra firme e servida por rio de águas negras, denominados por Djalma Batista como “rios de fome” em razão do alto teor de acidez que apresentam, e por isso mesmo, pobre em pescado. A carne bovina consumida é originária da própria Vila que mantém um rebanho leiteiro e de corte – o boi é abatido uma vez na semana – enquanto o frango vem de Manaus.

A Seção está sendo informatizada a fim de melhor controlar entrada e saída de mercadoria. Quando o caixa recebe o pagamento, ele deve imediatamente buscar o produto em lista no computador e dar baixa. Em dias de muito fluxo, isso pode ser um problema, pois só há um caixa, o que pode retardar o atendimento e desconforto pela espera nos clientes.

3.3.1 O produtor na gerência da seção.

Conhecendo a Seção fica fácil entender por que o gerente – que também é produtor – durante a vigência de sua gestão, recebe remuneração destinada ao pagamento de mão-de-obra para cuidar de sua terra. Há uma grande variedade de produtos e alguns são de difícil controle como pregos, parafusos, peças miúdas que precisam ser monitoradas, a fim de que no balanço anual, não haja prejuízo para a cooperativa e muito menos para o gerente. Para Almeida (2006, p. 73) a divisão do trabalho camponês entre atividades agrícolas e não-agrícolas:

Não é simplesmente determinada pela disponibilidade de terra para trabalho, mas por uma análise conjuntural. Nos momentos em que as

atividades não agrícolas apresentam possibilidade de ganho superior à agrícola, a mão-de-obra familiar migra nessa direção.

Na ASCOPE essa migração ocorre por razões diferentes. O sistema de autogestão democrática da cooperativa desenvolve uma espécie de rodízio entre os cooperados com vistas à administração da cooperativa, da agroindústria e da Seção de Consumo.

O gerente, escolhido em assembleia, pode ser indicado previamente ficando a cargo da assembleia reiterar ou reprovar e, nesse caso, outro nome deverá ser escolhido durante a reunião. Parece haver autonomia na gestão dos cargos dentro da cooperativa, mas essa autonomia não pode colocar em risco o equilíbrio do grupo.

Não cabe à gerência o trabalho de comprar. Tal função incorreria em ausências constantes – uma média de dois dias por semana - e não salutareis para o bom desempenho da Seção. Quando a mercadoria chega, tem início o trabalho do conferente; aos sábados, é a vez do açougueiro matar o boi para vender a carne e, ao final do dia, terá que prestar contas ao gerente. Quando há sobras, fica a cargo do gerente vender.

É igualmente compreensível o prazo de um ano para a gestão. Curto demais para desenvolver e aplicar projetos mais sólidos, mas necessário para manter o vínculo do produtor com a terra. Essa preocupação fundamenta o fato de a cooperativa não ter banca em Manaus, pois correria o risco de perder o seu produtor transformado num banqueiro e é preciso lembrar que o vínculo dos cooperados com a cooperativa é de produtor rural e não de comerciante, muito embora ele possa desenvolver qualquer atividade dentro da cooperativa.

O seu Nato é morador do Sagrado e um contestador do sucesso da ASCOPE. Produtor rural, ele complementa a renda familiar prestando um serviço de táxi no trecho Sagrado – Manaus – Sagrado.

O irmão de seu Nato, Douglas, que herdou uma cota-parte de sua mãe – é um dissidente da ASCOPE. Segundo seu Nato, a gestão da cooperativa não é democrática, porque concentrada nas mãos de cinco pessoas apenas. Observa também que não há clareza na prestação de contas nem divulgação de relatórios. As informações são repassadas de forma oral e quando se questionava esse estado de coisas, nas reuniões do Conselho e assembleia, nada se resolvia, pois:

A maioria dos cooperados não sabe o que é carro, não sabe o que é nota, não sabe o que é lei, [...] Os presidentes trocam entre si e são sempre da mesma família. [...] Eu nunca assisti às reuniões, mas meu irmão pode lhe dizer tudo [...]. Eu tenho três cunhados e sogro que ainda tá dentro.

Outro questionamento de Nato é a saída do cooperado sem direito a nada, sem uma prestação de conta. Quando questionado sobre a vida e o trabalho fora da ASCOPE, ele foi categórico em afirmar que muitos excluídos conseguem sobreviver melhor fora da cooperativa e que os maiores agricultores estão fora da cooperativa ou então se associaram apenas para ter o benefício da venda do abacaxi.

Para os comunitários que agradecem a Deus pela ASCOPE, o Senhor Nato pergunta: em quê? A cooperativa não vende uma fruta dos não cooperados a não ser para cumprir contrato em caso de nenhum de seus cooperados terem o produto, mas reconhece a ajuda técnica do IDAM, necessária para se conseguir o financiamento do banco – BASA - que impõe como condição, a vistoria do IDAM aos roçados.

O BASA condiciona os financiamentos – liberados em duas partes - à apresentação, inicialmente, do título de posse ou, em caso de o terreno pertencer a terceiros, uma procuração comprovando arrendamento. Há ainda a exigência do roçado pronto, plantado e aradado. Os roçados queimados não são beneficiados com o crédito. A segunda parte, após a vistoria do roçado, que irá comprovar o investimento do capital.

O prazo de pagamento é de dois anos e juros baixos. Segundo o IDAM, esse tipo de financiamento não penhora o terreno e, caso a dívida não possa ser quitada, fica o impedimento do agricultor em pleitear qualquer outro empréstimo para aquela terra até que a dívida seja paga.

O recurso para pagar a dívida deve sair da própria terra. Cada hectare de abacaxi rende, aproximadamente, doze mil cento e sessenta reais para o produtor. Se o investimento for real, o produtor vai lucrar trinta mil, que é o valor estabelecido no projeto. Na hora de comercializar o abacaxi, o produtor não cooperado também não perde, a não ser quando ele está no bambu, quando então é comercializado a valores mais baixos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mais antiga cooperativa do mundo surge em 1760 na Inglaterra. Era produtora de cereais buscando livrar-se dos atravessadores. A partir de então muitas experiências cooperativistas foram disseminadas, mas poucas se consolidaram. Como explicar a permanência da ASCOPE diante do fracasso de outras experiências? Quais os princípios que a regem? Qual o seu diferencial organizativo?

Os resultados obtidos a partir da pesquisa de campo e analisados de acordo com o referencial teórico considerado pertinente à proposta da pesquisa permite apontar que a cooperativa ASCOPE de acordo com afirmação de seus cooperados “é uma ideia que deu certo”. Democracia, solidariedade e igualdade autogestionária são fatores de coesão do grupo.

Considerando a visão humana como lacunar, existem coisas que não enxergamos, mas acreditamos que estamos vendo por inteiro. Quanto à questão camponesa, muitos edifícios teóricos já não respondem às perguntas. Estão sendo construídos e reconstruídos. A comunidade acadêmica atual vive uma efervescência intelectual e entende a necessidade em se pensar e agir em rede, somando esforços na construção de um novo paradigma, assim são múltiplos os caminhos para o entendimento da sociedade atual.

O modo de produção capitalista está, pois, inserido em relações contraditórias: as capitalistas avançadas e aquelas não capitalistas. A ASCOPE, objeto desta pesquisa, apresenta hoje uma estrutura de empresa, transforma a matéria-prima produzida pelo pequeno produtor, adota o sistema de parcerias – processo *sine qua non* de quem busca estar inserido nas leis de responsabilidade

social¹⁸, empresarial e ambiental – mas é uma cooperativa agrícola de produção familiar.

Como conciliar a modernidade, sem modificar a essência da produção familiar baseada no pensamento e na ação coletiva, no bem-estar e no desenvolvimento da comunidade? O advento da modernidade nos confronta com novas significações relativas a campesinato. É preciso desconstruir os argumentos de que a modernização descaracteriza o pequeno produtor familiar, paradigmas devem ser quebrados a fim de que a pequena agroindústria cumpra seu papel de sustentação econômica.

Quando o capital, aqui representado pela grande empresa, o atravessador ou o regatão se apropria da renda e não do trabalho, pois o trabalhador não é seu empregado, não podemos considerar essa uma relação capitalista. Quando o produto chega à agroindústria e emprega-se mão de obra, essa renda apropriada capitaliza-se, pois gera mais-valia.

Socialmente falando, o agronegócio inseriu a ASCOPE no mercado, possibilitou cursos de capacitação aos produtores. As ferramentas mudaram, houve um salto da tesoura para a máquina de despolpar, o isopor que no passado acondicionava, de forma precária e limitada, a produção foi substituído por um moderno frigorífico com capacidade para armazenar toneladas de polpa e o transporte que dependia unicamente da via fluvial hoje é realizado em modernos e seguros caminhões-bau por via terrestre.

A construção do ramal veio para solucionar um entrave na infraestrutura e logística do grupo, buscando alcançar um novo ciclo de prosperidade, a partir de uma produção familiar moderna e competitiva.

¹⁸ A responsabilidade social é, [...] em todo momento, se preocupar com o desenvolvimento sustentável, com o meio ambiente, em ser ético, com a exclusão social, com o consumo consciente e com uma política social transparente de maneira contínua e planejada.[...] Uma empresa é responsável social quando aumenta a aceitação da comunidade e do consumidor quanto ao produto produzido ou vendido com relação ao dda concorrente, além da marca que fica mais fortalecida e lembrada. (KARKOTLI, 2006).

O desenvolvimento da estrutura da cooperativa se deu por etapas. Inicialmente se buscou construir nos indivíduos um sentimento de fidelidade e na etapa seguinte, buscou-se convencer o estado e demais entidades, da seriedade do grupo. Seriedade, compromisso e firmeza era todo o patrimônio – imaterial - que a cooperativa tinha antes de ser procurada pelo governo. A Seção de Consumo – pertencente à cooperativa – empresarialmente era insignificante.

O objetivo básico do grupo, desde os Lavradores em Ação, era possibilitar a cada família, o sustento diário e valorização de seu produto mediante a eliminação do atravessador, que lhe sugava grande parte de sua renda. O sucesso nessa primeira etapa atraiu o interesse e a ação do governo sob a forma de recursos financeiros – utilizados na construção do prédio da agroindústria – e equipamentos externos como um caminhão-baú e um caminhão de carrocera.

A cooperativa hoje, de acordo com sua administração, tem que gerir um grupo de quarenta e três pessoas e um patrimônio de quinhentos e sessenta mil reais empregados na qualificação e processamento dos produtos, principalmente, dos cooperados, mas sem esquecer que o trabalho da ASCOPE é em benefício da comunidade. Esse fundamento prioriza a compra do produto do cooperado em detrimento daquele externo à cooperativa.

A ASCOPE, na visão de seus dirigentes, foi fundamental para que o Sagrado atraísse recursos públicos e fosse inserida no programa do Governo Federal Luz para Todos. Também o posto policial, o laboratório de malária, a escola climatizada etc. O desenvolvimento da comunidade e não o apadrinhamento político atraiu os recursos públicos a serviço dos moradores do Sagrado. Entre os moradores do Sagrado, porém, não é unânime a satisfação com a transparência e as regras da ASCOPE.

A agrovila tem dez anos e nesse ínterim houve um crescimento do aparato urbano. O asfalto, as ruas, os prédios etc. Toda a administração da comunidade – à exceção dos professores por falta de capacitação – é local, o que favorece a

sequência dos trabalhos em mudança de gestão. Aceitar externos à comunidade, na gestão local, seria perder a identidade.

A maior obrigação do cooperado hoje, além de produzir, é a fidelidade ainda assim alguns associados, mais novos, se desligaram da cooperativa ilustrando um quadro por vezes conflituoso. A coesão, no entanto é um traço forte do grupo que se sente importante no processo de crescimento e desenvolvimento da comunidade Sagrado. No Brasil muitas tentativas de organização cooperativista fracassaram pela rivalidade existente entre os produtores. A ausência do espírito associativo os deixa nas mãos dos atravessadores.

Na ASCOPE os laços familiares não eliminaram os conflitos, mas têm mantido a união e a prática solidária entre seus membros. A cooperativa entende que a união é base no enfrentamento dos desafios. As falhas são entendidas pelos gestores como motivação na busca por melhorias e para se alcançá-las é fundamental realizar um trabalho de excelência. As exigências ao cooperado, na busca dessa qualidade, são muitas, mas “é bastante que cada um saiba o que tem que fazer”.

A adaptação da cooperativa à modernidade fez surgir novas formas de trabalho na cooperativa. Com a agroindústria o espaço de trabalho desloca o produtor da roça para o interior da fábrica, para o comércio na Sessão de Consumo e para atividades mais burocráticas como a dos gestores da cooperativa e da agroindústria.

As diversas transformações, no entanto não alteraram a organização social destes produtores. A base familiar é o suporte que os mantém unidos apesar das diferenças e mesmo quando a necessidade os direciona para formas puramente capitalistas como a mão-de-obra diarista e assalariada a sua essência familiar continua prevalecendo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ALMEIDA, Rosimeire Aparecida. **(Re) criação do campesinato, identidade e distinção**: a luta pela terra e o *habitus* de classe. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

ADAMS, Cristina Et al. **Sociedades caboclas amazônicas**: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.

BAYER, Cropscience. www.bayercropscience.com.br. Acesso em 17/11/2010.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: ed. Ática, 1997.

BENCHIMOL, Samuel. **Expansão e Concentração Demográfica**. Manaus: CEDEAM/UA, 1981.

BIDEGAIN, Ana Maria. **História dos cristãos na América Latina**. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

BRANDENBURG, Alfio. **Movimento agroecológico**: trajetória, contradições e perspectivas *in* DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE: Caminhos da agricultura ecológica. Curitiba, PR: Editora UFPR, n. 6, 2002.

BRASIL. **Legislação de Direito Ambiental**. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antônio Luís de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. – São Paulo: Saraiva 2008.

CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de la unidad econômica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Viston, 1974.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. São Paulo: USP, 2007. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

CUNHA, Euclides da. **Amazônia – Um paraíso perdido**. Ed. Valer, 2003.

DOCUMENTOS DA CNBB-71. **Diretrizes Gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil 2003-2006**. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2003.

ESTUDOS AVANÇADOS, VOL. 18, N. 52, 2004. www.scielo.br/scielo. Acesso em 20.02.2011.

FEIRA DE PRODUTOS REGIONAIS NO FRIGORÍFICO VITELLO. www.amazonas24horas. Acesso em 02/12/2010.

FILHO, Raimundo Pontes. **Amazonas – A História de suas gentes**: História. Curitiba: Base Editora, 2008.

GLOBO. **Dicionário de Sociologia**. 8. Ed. Atualizada. Porto Alegre/Rio de Janeiro, ed. Globo, 1981.

HARRIS, Mark. **Presente ambivalente**: Uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, Cristina Et AL. **Sociedades Caboclas Amazônicas – Modernidade e Invisibilidade**. São Paulo:Annablume, 2006.

JESUS, Cláudio Portilho de. **Utopia cabocla amazonense – Agricultura familiar em busca da economia solidária**. Canoas: Ed. Ulbra, 2000.

JESUS, Edilza Laray de. **Educação e desenvolvimento em áreas agrícolas no Amazonas**. Porto Alegre: FAGED, 2009. Tese (Doutorado)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Educação, 2009.

KARKOTLI, Gilson. **Responsabilidade social empresarial**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LÊNIN, Wladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia** – O processo de formação do mercado interno para a grande indústria. 2. Ed., São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LUTZENBERGER, José. **Manual de Ecologia: do jardim ao poder: vol. 1**. Porto Alegre: L&PM, 2006.

LUZ PARA TODOS. www.cptl.com.br. Acessado em 07/01/2010.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a política no Brasil** – As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. 2. Ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MATA, Pe. Raimundo Possidônio C.; TADA, Cecília Ir. (Orgs.) – **Amazônia, Desafios e perspectivas para a missão**. São Paulo: Paulinas, 2005.

MOREIRA, Eidorfe. **Amazônia o conceito e a paisagem**. Rio de Janeiro: Agência da SPEVEA, 8. Ed., 1960.

MOREIRA, Roberto José. **Terra, poder e território**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

NEVES, Delma Peçanha e SILVA, Maria Aparecida de Moraes (Orgs.). **Processos de Constituição e Reprodução do Campesinato no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2008.

NODA, Hiroshi (coord.). **Pequena produção de terra-firme no Estado do Amazonas**. Manaus: Inpa, 2000.

OCB. Sindicato e organização das cooperativas do Estado do Amazonas. www.ocbam.coop.br. Acesso em 26.01.2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. (Org.) CARLOS, Ana Fani Alessandri. Novos caminhos da Geografia. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. Ed. Ática, 3.ed., 1990.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Cidades na Selva**. Manaus: Editora Valer, 2000.

PAULINO, Eliani Tomiasi. **Por uma Geografia dos camponeses**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006, p.30.

PEREIRA, William César Castilho Pereira. **A formação religiosa em questão**. Petrópolis: Rio de Janeiro, Vozes, 2004.

PIEVE, Stella Maria Nunes; KUBO, Rumi Regina; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Pescadores da Lagoa Mirim: etnoecologia e resiliência**. Brasília: MDA, 2009.

REVISTA **GLOBO RURAL**. Nº 295, Ed. Globo, 2010.

RIOLANDO, Azzi. **A teologia católica na formação da sociedade colonial brasileira**. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: Entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p.48.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **COLONOS DO VINHO: Estudos Sobre a Subordinação do Trabalho camponês ao Capital**. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1984.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4. ed., 2006. Edusp.

SANTOS, R. A. O. **História Econômica da Amazônia**. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1980.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO. Disponível em: www.seab.pr.gov.br. Acesso em 17/11/2010.

SILVA, Charlene Maria Muniz da. **Estudo socioambiental das Vilas Amazônia, Caburi e Mocambo, no município de Parintins-AM**. Manaus: UFAM, 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Geografia, Universidade Federal do Amazonas, 2009.

SILVA, Patrícia Rodrigues da. **VIVER É LEMBRAR: MEMÓRIAS E SIGNIFICADOS DAS TRANSFORMAÇÕES URBANAS EM MANAUS**. Artigo apresentado no X Encontro Nacional de História Oral: Testemunhos: história e política. Recife, 2010.

SILVA, Sérgio S. **Valor e renda da terra – O movimento do capitalismo no campo**. Ed. Polis, 1981.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

STENBERG, Hilgard O'Reilly. **A Água e o Homem na Várzea do Careiro**. Museu Emílio Goeldi, 2 ed., 1998.

TADA, Cecília; MATA, Pe. Raimundo. **Amazônia, desafios e perspectivas para a missão**. São Paulo: Paulinas, 2005.

TIRIBA, Lia. **Economia popular e cultura do trabalho – Pedagogia(s) da produção associada**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2001.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida- Uma interpretação da Amazônia**. Ed. Ver. – Manaus: Editora Valer, 2000.

UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL. Disponível em: . www.ulbra.br. Acesso em 17/11/2010.

VEJA Especial Amazônia: **Religião** – a corrida da fé. Set/2009. www.veja.abril.com.br. Acesso em 20.02.2011.

VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. **Cooperativismo**: Uma revolução pacífica em ação. Rio de Janeiro: DP & A: Fase, 2001.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade Amazônica**: Estudo do homem nos trópicos. 3. ed., Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

WITKOSKY, Antônio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho**: Os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2007.

SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

ANEXOS



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

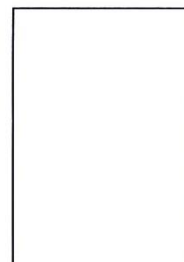
Convidamos o (a) Sr. (a) para participar do Projeto de Pesquisa intitulado **“Agricultura familiar camponesa: redes de produção e comercialização na comunidade Sagrado Coração de Jesus do Paraná da Eva – Itacoatiara/AM.”** dos pesquisadores Maria Lucimar da Silva e Manuel de Jesus Masulo da Cruz. Com o objetivo de investigar a rede de produção familiar camponesa no Paraná da Eva, município de Itacoatiara/AM, na comunidade Sagrado Coração de Jesus. Os resultados terão como benefício a produção de conhecimento e entendimento da produção familiar camponesa do Paraná da Eva, município de Itacoatiara-AM. Os instrumentos aplicados na pesquisa serão gravador, roteiros de entrevistas e observação direta. Informamos ao sujeito que poderá se retirar sem causar ônus, de acordo com a resolução CNS 196/96.

Fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa de minha colaboração e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto. Para qualquer outra informação, o (a) Sr. (a) poderá entrar em contato com o pesquisador pelo telefone: (92) 3305 4402, ou na avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000, Setor Norte, ICHL – Departamento de Geografia.

Presidente da ASCOPE

Participante

Assinatura do pesquisador





UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM



PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas aprovou, em reunião ordinária realizada nesta data, por unanimidade de votos, o Projeto de Pesquisa protocolado no CEP/UFAM com CAAE nº. 0272.0.115.000-09, intitulado: **“Agricultura familiar camponesa: redes de produção e comercialização na Comunidade do Sagrado Coração de Jesus do Paraná da Eva-Itacoatiara/AM”**, tendo como Pesquisadora Responsável Maria Lucimar da Silva.

Sala de Reunião da Escola de Enfermagem de Manaus – EEM da Universidade Federal do Amazonas, em Manaus/Amazonas, 14 de outubro 2009.

Prof. Dr. David Lopes Neto
Coordenador do CEP/UFAM